

6. Investimento

6.1. Introdução

A Portos dos Açores, no âmbito do Plano de Investimentos aprovado para o ano de 2017, desenvolveu um conjunto de projetos de investimento, cujo montante global ascendeu a 22,2 milhões de euros o que, face aos 11,3 milhões de euros de investimento ao longo de 2016, representa um aumento muito significativo, equivalente a 96,61 por cento.

Face aos valores previsto na Revisão do Plano e Orçamento 2017-2019, que previa um total de investimento para o ano de 2017 correspondente a praticamente 35 milhões de euros, foi atingido um nível de execução global de 63,35 por cento.

De entre os projetos de investimento previstos no referido Plano e Orçamento, destacam-se pelo seu volume financeiro o da “Empreitada de Prolongamento do Molhe Cais do Porto de Velas”, que contribuiu para que, em termos de desagregação dos investimentos por ilha, a ilha de São Jorge registasse o maior volume de investimento realizado em 2017 (27,47 por cento do total). Este projeto foi candidatado ao Programa para a Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020), tendo a respetiva candidatura sido aprovada em 18 de outubro de 2016.

Tabela 45: Investimento realizado por ilha

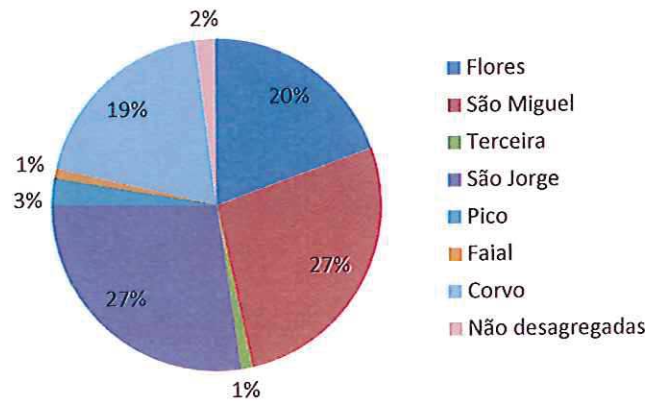
Ilha	Unidade: Euros		
	2017	2016	Var.%
São Jorge	6.089.992	7.916.144	-23,07%
São Miguel	6.021.843	338.467	1679%
Flores	4.333.643	452.522	858%
Corvo	4.269.657	1.228.889	247%
Pico	564.930	72.326	681%
Terceira	244.361	1.050.878	-76,75%
Faial	225.815	132.877	69,94%
Santa Maria	1.129	0	-%
Graciosa	0	0	-%
Não desagregadas	414.696	82.053	405%
Total	22.166.065	11.274.156	96,61%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

De destacar também o volume de investimento realizado noutras ilhas, como é o caso de São Miguel, Flores e Corvo. No primeiro caso, de destacar o investimento ao abrigo da “Empreitada de Reforço do Manto de Proteção do Molhe Principal do Porto de Ponta Delgada”, alvo de candidatura ao Programa COMPETE 2020 e com um volume de despesa de 60,9 milhares de euros em 2017. Já no caso da ilha das Flores, destaca-se a “Empreitada de Requalificação do Porto das Poças de Santa Cruz das Flores” que apresentou um volume de despesa da 4,3 milhões de euros. Um volume da mesma ordem de grandeza foi realizado no Corvo, através da “Empreitada de Prolongamento do Molhe Cais e Alargamento da Plataforma do Porto da Casa”.

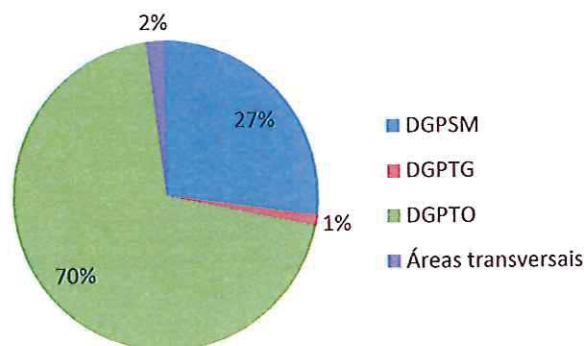
[Handwritten signature]

Figura 37: Investimento por ilha em 2017



Numa análise por Direções-Gerais, conclui-se que, tal como verificado nos anos anteriores, a Direção-Geral dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental (DGPTO), é aquela que apresenta um maior agregado de despesa, correspondendo a 69,85 por cento do total de investimento realizado em 2017. Nos anos anteriores, a percentagem de investimento desta Direção-Geral correspondeu a praticamente 87 por cento do investimento total da Portos dos Açores em 2016 e, em 2015, a cerca de 59 por cento.

Figura 38: Investimento por Direções-Gerais em 2017



Nos portos sob a jurisdição da Direção-Geral dos Portos de São Miguel e Santa Maria (DGPSM), o valor total de investimento registado em 2017 situou-se nos 27,17 por cento do total anual. A quase totalidade deste valor refere-se à execução da “Empreitada de Reforço do Manto de Proteção do Molhe Principal do Porto de Ponta Delgada”, candidata a Fundos Comunitários no âmbito do Programa COMPETE 2020 e aprovada em 18 de outubro de 2017.

Relativamente aos projetos da Direção-Geral dos Portos da Terceira e Graciosa (DGPTG), o investimento executado em 2017, no valor de 244,4 mil euros, representa 1,10 por cento do investimento total da empresa. De salientar o decréscimo de 76,75 por cento em relação ao volume de investimento registado no ano anterior (em 2016 o valor total de investimento da DGPG cifrara-se em 1,1 milhões de euros). Dos projetos executados em 2017, aquele que apresenta um valor superior de despesa é o relativo à “Inspeção e reparação da lança da grua Gottwald”.



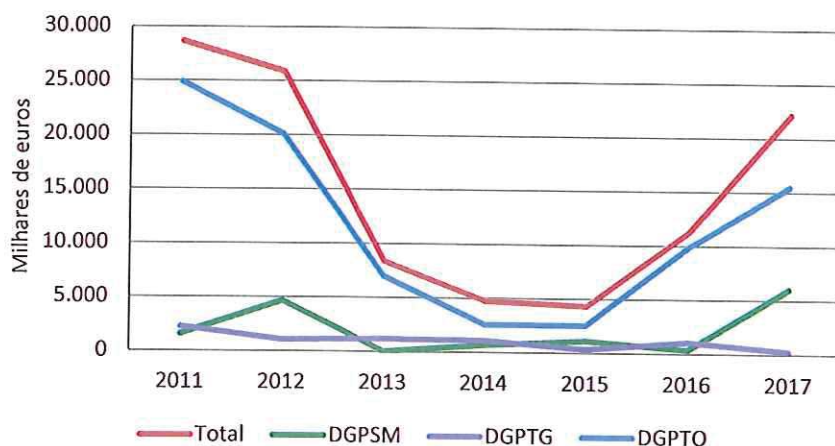
Tabela 46: Investimento realizado por Direção-geral

Direção-geral	Unidade: Euros		
	2017	2016	Var. %
DGPSM	6.022.972	338.467	1679%
DGPTG	244.361	1.050.878	-76,75%
DGPTO	15.484.036	9.802.759	57,96%
Áreas transversais	414.696	82.053	405%
Total	22.166.065	11.274.156	96,61%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Por último, referência a um conjunto de investimentos não desagregados e que envolvem várias Direções-Gerais. Em 2017 estes investimentos totalizaram cerca de 414,7 milhares de euros, o correspondente a 1,87 por cento do total de investimento da empresa no ano em apreço. Regista-se um aumento muito significativo em comparação com a despesa realizada em 2016 e que perfizera 82 milhares de euros. Esta variação deve-se à docagem do rebocador “Pêro de Teive”, bem como a outros projetos, com destaque para o referente à “Instalação de Cabeços de Amarração na Ponte-Cais do Porto da Madalena e na Ponte-Cais do Porto da Horta”. Este último projeto atingiu um valor de 72,3 milhares de euros, financiado na íntegra por Fundos Nacionais, ao abrigo do Contrato Programa assinado a 23 de junho de 2017 e alvo de alteração a 29 de dezembro do mesmo ano.

Figura 39: Investimento por Direções-Gerais entre 2011 e 2017



Descriminam-se, de seguida, alguns dos mais importantes projetos com despesa realizada em 2017, desagregados por ilha, incluindo informação complementar referente ao respetivo financiamento, devido à publicitação exigida pelos Fundos Comunitários.

6.2. Investimentos realizados por ilha

6.2.1. Ilha de Santa Maria

O projeto “Consolidação da Falésia de Vila do Porto” envolveu uma execução de mil euros em 2017, relativa a estudos.



6.2.2. Ilha de São Miguel

Os principais a investimento em infraestruturas localizadas na ilha de São Miguel incluem:

- ⌘ A “Empreitada de Reforço do Manto de Proteção do Molhe Principal do Porto de Ponta Delgada” apresenta em 2017 um total de despesa de 5,96 milhares de euros. O projeto é financiado por Fundos Nacionais, no âmbito do Contrato Programa assinado em 11 de novembro de 2016 e alterado pela primeira vez em 29 de dezembro de 2017. O valor não participado por Fundos Nacionais é participado por Fundos Comunitários ao abrigo da candidatura apresentada ao Programa COMPETE 2020, aprovada em 18 de outubro de 2017;
- ⌘ A “Empreitada de Reperfilamento e Regularização do Terrapleno do Cais Comercial do Porto de Ponta Delgada” registou em 2017 uma despesa de 60,9 mil euros. Este investimento é assegurado por Fundos Nacionais, ao abrigo do Contrato Programa assinado em 27 de outubro de 2017, bem como por Fundos Comunitários, integrando a mesma candidatura mencionada no ponto anterior;
- ⌘ O projeto de reconversão das antigas oficinas do porto de Ponta Delgada visa a construção de um Núcleo Museológico. No ano de 2017 foram executados quatro mil euros em estudos com este propósito.

6.2.3. Ilha Terceira

Os principais investimentos ocorridos na ilha Terceira ao longo de 2017 dizem respeito a:

- ⌘ Construção de segunda rampa Ro-Ro do porto da Praia da Vitória, com uma despesa executada em 2017 no montante de 38 milhares de euros, referente a estudos;
- ⌘ A despesa registada para as empreitadas de “Reparação do Cais e Pavimentação do Acesso ao Parque de Combustíveis do Porto da Praia da Vitória” e “Instalação da Rede de Incêndios do Porto da Praia da Vitória” em 2017, diz respeito ao cálculo definitivo da revisão de preços que resultou num valor negativo, 25,6 e 13,9 mil euros, respetivamente. Estas empreitadas são financiadas por Fundos Nacionais no âmbito do Contrato Programa assinado a 20 de junho de 2014, alterado pela terceira vez a 11 de outubro de 2017. Em 2018 a Portos dos Açores conta apresentar uma candidatura conjunta destes investimentos ao COMPETE 2020 no âmbito do novo Acordo de Parceria em vigor;
- ⌘ A despesa registada com a “Inspeção e reparação da lança da grua Gottwald, localizada no porto da Praia da Vitória”, num valor de 192,4 mil euros;



- ✎ A “Elaboração e Modelagem do Plano de Ação do Projeto Açores do Porto da Praia da Vitória”, que registou um valor de despesa em 2017 de 40 mil euros;

6.2.4. Ilha Graciosa

No ano de 2017 não foram registados quaisquer investimentos em infraestruturas ou equipamentos portuários no porto da Praia da Graciosa.

6.2.5. Ilha de São Jorge

O investimento realizado nas infraestruturas portuárias afetas à Portos dos Açores na ilha de São Jorge dizem respeito a:

- ✎ Com Contrato Programa assinado a 18 de agosto de 2014, alterado a 29 de dezembro de 2017 pela sexta vez, a “Empreitada do Prolongamento do Molhe Cais do Porto das Velas”, apresenta uma despesa executada em 2017 de 5,7 milhões de euros. A 18 de outubro de 2016, a candidatura ao Programa Operacional para a Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020) que integra este investimento, bem como o seguinte foi aprovada;
- ✎ Consignada a 4 de outubro de 2017, a “Empreitada de Aumento do Terraplino do Porto de Velas” regista em 2017 um total de despesa no valor de 191,6 mil euros. No âmbito da quinta alteração ao Contrato Programa assinado a 18 de agosto foi assegurado o investimento por Fundos Nacionais deste investimento na parte não financiada por Fundos Comunitários;
- ✎ A “Empreitada de Construção de Rampa para Navios Ro-Ro e Ferry no Porto da Calheta”, é financiada pelo Programa Operacional para a Competitividade e Internacionalização, (COMPETE 2020) tendo a candidatura apresentada sido aprovada a 8 de novembro de 2016. Este investimento, na parte não financiada pelo COMPETE 2020, é financiado por Fundos Nacionais no âmbito do Contrato Programa assinado a 26 de julho de 2016, alterado pela segunda vez em 11 de outubro de 2017. O plano de segurança e saúde foi aprovado pela Portos dos Açores, S.A. a 17 de abril de 2017, registando nesse ano um valor de despesa de 199,8 mil euros;

6.2.6. Ilha do Pico

Os investimentos realizados nos portos sob jurisdição da PA nesta ilha incidiram sobre:

- ✎ Projeto de “Novo terminal de passageiros do Porto de São Roque do Pico”, com despesa executada em 2017 no valor de 78,7 mil euros relativa a estudos;



- ❖ Projeto de “Assinalamento Marítimo do Porto da Madalena”, com 26,5 mil euros executados em 2017;
- ❖ Obras de “Reparação dos danos causados pelo temporal de 27/28 de fevereiro de 2017 no molhe-cais do porto da Madalena”, com uma despesa realizada em 2017 de 76,6 milhares de euros, coberto por Contrato Programa que assegura o financiamento integral das despesas. O contrato foi assinado em 29 de novembro de 2017 e foi alterado pela primeira vez a 29 de dezembro do mesmo ano;
- ❖ Projeto de “Instalação de Cabeços de Amarração de 800 KN no Porto de São Roque”, com, 122,6 mil euros de despesa executada em 2017. O plano de segurança e saúde foi aprovado a 3 de novembro de 2017;
- ❖ Projeto de “Instalação de Cabeços de Amarração de 800 KN no Antigo Cais de Passageiros da Madalena”, com despesa realizada em 2017 de 249,3 milhares de euros. O plano de segurança e saúde foi aprovado em 13 de julho de 2017. Este investimento e o anterior são financiados na íntegra por Fundos Nacionais no âmbito do Contrato Programa assinado a 23 de junho de 2017, alterado pela primeira vez a 29 de dezembro do mesmo ano;

6.2.7. Ilha do Faial

Na ilha do Faial foi dada continuidade ao projeto de reordenamento da Frente Marítima da cidade da Horta. A despesa de investimento realizada diz respeito a:

- ❖ “Requalificação e Reordenamento da Frente Marítima da Cidade da Horta – 2ª Fase”, com despesa executada em 2017 no valor de 22,9 mil euros relativa a estudos e projeto;
- ❖ Projeto referente a “Execução da Nova Cobertura do Edifício das Oficinas do Porto da Horta”, com 68,2 mil euros executados em 2017;
- ❖ “Empreitada de Substituição da Telha e Reabilitação da Cobertura do Armazém do Porto Comercial da Horta - Edifício C” que registou em 2017 um valor de execução de 129,5 mil euros. Este investimento é financiado por Fundos Nacionais no âmbito do Contrato Programa assinado a 30 de dezembro de 2016.

6.2.8. Ilha das Flores

A despesa de investimento afeta à ilha das Flores em 2017 correspondeu a:

- ❖ Projeto de “Reabilitação do Assinalamento Marítimo do Porto das Lajes das Flores” com despesa executada em 2017 no valor de 11,3 mil euros;



- Ⓜ A “Requalificação do Porto das Poças de Santa Cruz das Flores” apresenta em 2017 um total de despesa de 4,3 milhões de euros. Esta empreitada é financiada por Fundos Nacionais no âmbito do Contrato Programa assinado a 27 de maio de 2016, alterado pela primeira vez a 29 de dezembro de 2017.

6.2.9. Ilha do Corvo

Na ilha do Corvo o investimento realizado em 2017 diz respeito ao “Prolongamento do Molhe Cais e Alargamento da Plataforma do Porto da Casa”, que totalizou 4,3 milhões de euros. Este investimento integra uma candidatura ao Programa COMPETE 2020, sendo ainda financiado ao abrigo do Contrato Programa assinado a 20 de abril de 2015 e alterado a 10 de novembro de 2017.



7. Análise Económica e Financeira

7.1. Resultados

A Portos dos Açores, S.A. encerra o exercício de 2017 com um resultado líquido negativo de 7.463.949,12 euros.

Trata-se de um resultado bastante menos favorável do que o ocorrido no ano de 2016, que se cifrara em 3.399.716,38 euros negativos. Um vasto conjunto de fatores contribuiu para o efeito, com destaque para o impacto dos resultados das participações financeiras da empresa, decorrente da aplicação do método de equivalência patrimonial. Neste âmbito, deverá referir-se o resultado menos positivo da Atlânticoline, que se cifrou em 2.696.242 euros negativos, sendo alvo de destaque no capítulo seguinte do presente relatório, dedicado às participações financeiras da Portos dos Açores. Atendendo à participação de 83,97 por cento por parte da Portos dos Açores no capital daquela empresa, o impacto no resultado operacional da Portos dos Açores é bastante expressivo.

Tabela 47: Formação do Resultado líquido

Resultados	Unidade: euro		
	2017	2016	Var. %
Resultado operacional	(5.355.125)	(986.382)	442,91%
Resultado financeiro	(2.083.853)	(2.393.750)	-12,95%
Resultado antes de impostos	(7.438.978)	(3.380.132)	120,08%
Imposto sobre o rendimento	(24.971)	(19.584)	27,51%
Resultado líquido do período	(7.463.949)	(3.399.716)	119,55%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Também revela impacto direto nos resultados a imputação de um conjunto de imparidades de dívidas a receber e que se consideram de probabilidade reduzida de cobrança.

Em sentido positivo, será de referir a evolução favorável do resultado financeiro, para um nível de endividamento relativamente estabilizado.

Nota ainda para a evolução dos gastos com o pessoal ocorrida em 2017, com um agravamento de mais de 570 milhares de euros, em consequência da eliminação, por via de despacho conjunto do Vice-Presidente do Governo Regional e do Secretário Regional do Turismo e Transportes de 23 de agosto de 2016, das restrições impostas pelas sucessivas Leis de Orçamento do Estado, com a redução parcial das remunerações totais ilíquidas mensais e a proibição das valorizações remuneratórias dos trabalhadores das empresas públicas.

No referido despacho, foi autorizada a prática de atos que consubstanciam valorizações remuneratórias dos trabalhadores, nos termos e nas condições do despacho conjunto da Ministração do Mar e do Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças, de 31 de maio de 2016. Neste



quadro, o ano de 2017 correspondeu ao primeiro ano em que se registou o efeito integral da alteração em apreço.

7.1.1. Resultado operacional

O resultado operacional da empresa atingiu um valor igual a 5.355.124,84 euros negativos, um valor substancialmente acima dos 986.382,08 euros negativos observados no ano de 2016. Para a obtenção deste resultado operacional contribuíram diversos fatores, muito sumariamente mencionados acima e que se analisarão com o devido pormenor a seguir.

7.1.1.1. Rendimentos operacionais

Na formação dos rendimentos operacionais, será de realçar o impacto extremamente avultado decorrente da evolução dos ganhos imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, fruto do impacto dos resultados da Atlânticoline, empresa subsidiária com uma participação direta da Portos dos Açores de 83,97 por cento, que se cifrou em 2017 em 2.696.242 euros negativos.

Será também de referir a ligeira diminuição registada ao nível do volume de negócios, correspondente a 2,64 por cento, de quase 20,1 milhões de euros em 2016 para cerca de 19,6 milhões de euros em 2017. Será, entretanto, de realçar que a ordem de grandeza do volume de negócios situa-se, no presente, ao nível do observado em 2011 e 2016, distante já dos valores de 2014 e 2015, que se não ultrapassavam os 17,5 milhões de euros.

Tabela 48: Rendimentos operacionais

Descrição	Unidade: euro		
	2017	2016	Var. %
Vendas	663.046	491.660	34,86%
Vendas	663.046	491.660	34,86%
Serviços prestados	18.889.743	19.591.755	-3,58%
Serviços prestados a navios	4.970.147	5.069.404	-1,96%
Serviços prestados a mercadorias	3.634.398	3.569.637	1,81%
Equipamento marítimo e terrestre	5.687.769	6.172.520	-7,85%
Fornecimentos	1.532.077	1.713.202	-10,57%
Alugueres e ocupações	1.450.200	1.480.208	-2,03%
Náutica de recreio e piscinas	976.156	943.919	3,42%
Outras prestações de serviços	638.995	642.865	-0,60%
Subsídios à exploração	36.859	50.991	-27,71%
Ganhos imputados a subsid./assoc/empr.conj.	-2.183.488	827.306	-363,93%
Outros rendimentos	5.292.613	5.245.394	0,90%
Total de rendimentos operacionais	22.698.772	26.207.106	-13,39%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.



De entre as diversas componentes, destacamos a evolução ao nível das várias componentes que integram os serviços prestados e em que se observou uma diminuição, embora variável, em todas elas, com exceção da variação nos serviços prestados a mercadorias e na náutica de recreio. A este respeito deverá referir-se que a variação nos serviços prestados a mercadorias é relativamente similar à observada no movimento total de mercadorias, apresentada no capítulo relativo à atividade portuária e cujo aumento cifrou-se em 1,85 por cento. Já no que diz respeito à náutica de recreio, a variação registada é relativamente menor do que a variação no número de embarcações não locais, que se cifrou em 8,57 por cento.

Ao nível das vendas, associadas integralmente ao abastecimento a embarcações de recreio náutico, registo para o acréscimo muito substancial de 34,86 por cento, e em que os abastecimentos a embarcações marítimo-turísticas revelaram uma dinâmica muito relevante, com o acréscimo de turismo observado no arquipélago.

Relativamente à utilização de equipamento marítimo e terrestre, o decréscimo observado em 2017 face a 2016 deverá ser relativizado, atendendo à situação extraordinária registada em 2016. De facto, e na sequência do arresto no porto da Horta do navio encarregue da distribuição inter-ilhas de combustíveis líquidos em meados de 2016, esta atividade foi desenvolvida pelos rebocadores da Portos dos Açores, de que resultou um acréscimo de faturação de 23,70 por cento em 2016 face a 2015. Não obstante isto, numa análise comparativa entre 2017 e 2015, registamos um acréscimo na rubrica utilização de equipamento marítimo e terrestre de 13,98 por cento.

Já no que se prende com os fornecimentos, duas das suas componentes apresentaram variações particularmente negativas, como é o caso do fornecimento de energia elétrica (menos 14,27 por cento) e de fornecimento de pessoal (menos 10,71 por cento). O conjunto destas duas componentes representa mais de 85 por cento do total dos fornecimentos.

No que diz respeito a Outros rendimentos e ganhos, decorrem na sua quase totalidade da imputação aos rendimentos da componente de depreciação ou amortização associada à comparticipação de Programas Comunitários e contratos programa. Atendendo ao acentuado volume de investimentos comparticipados por tais programas e contratos, também o volume de rendimentos daí resultante apresenta-se como muito significativo.

7.1.1.2. Gastos operacionais

Nos termos do n.º 8 do artigo 20.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2017/A, de 7 de junho de 2017, os relatórios e contas das empresas públicas deverão incluir a análise da evolução dos gastos com o pessoal e dos gastos operacionais face ao ano anterior e ao previsto no respetivo orçamento.

Neste sentido, procede-se, na presente secção, à apresentação de informação que permita este tipo de análise.

Ao nível dos gastos operacionais, referência, desde logo, para o peso muito expressivo que os gastos com o pessoal apresentam face à totalidade dos gastos operacionais, da ordem dos 44,12 por cento (43,42 por cento em 2016). Para além disto, será de referir o acréscimo entre 2016 e 2017 de 4,83

por cento, resultado, conforme já mencionado no capítulo 4, do impacto da extinção do período de restrições impostas por sucessivas Leis de Orçamento de Estado, com reduções parciais das remunerações e proibição das valorizações remuneratórias, como sejam progressões de carreira, atribuição de diuturnidades ou ainda de diferencial remuneratório. A extinção de tais restrições ocorreu, conforme referido no capítulo 4 acima, em agosto de 2016.

Outra componente muito relevante dos gastos operacionais é a dos fornecimentos e serviços externos, com um peso relativo de 25,37 por cento em 2017. O peso relativo apresentado pelos gastos de depreciação e de amortização é de idêntica grandeza.

Em termos de variações homólogas, a rubrica de imparidades de dívidas a receber sofreu em 2017 um acréscimo extraordinariamente significativo, em resultado da necessidade de se proceder ao reconhecimento de dívidas com uma maturidade muito relevante e consideradas de difícil recuperação.

Tabela 49: Gastos operacionais

Unidade: euro					
Gastos operacionais	2017	2016	Var. (%)	Orç. 2017	Exec. 2017
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	648.300	467.343	38,72%	501.976	129,15%
Fornecimentos e serviços externos	7.117.149	6.808.122	4,54%	6.507.778	109,36%
Gastos com o pessoal	12.376.757	11.806.320	4,83%	11.964.262	103,45%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7.218.702	7.344.655	-1,71%	7.386.542	97,73%
Imparidades de dívidas a receber	426.925	286.339	49%	175.481	243,29%
Provisões	(17.682)	15.153	-217%	0	-%
Outros gastos	283.746	465.557	-39,05%	265.784	106,76%
Total de gastos operacionais	28.053.897	27.193.488	3,16%	26.801.823	104,67%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Relativamente aos valores constantes do orçamento de exploração, constata-se uma orçamentação relativamente otimista face aos valores finais da respetiva execução. Não obstante isto, no cômputo geral o nível de execução do orçamento cifrou-se 4,67 por cento acima do orçamentado.

Nas secções seguintes são detalhados alguns aspetos das principais componentes dos gastos operacionais.

7.1.1.2.1. Gastos com o pessoal

Conforme já referido, os gastos com o pessoal assumem uma preponderância muito significativa no total dos gastos da empresa, com um impacto direto ao nível do resultado operacional. Este facto justifica uma análise particularmente detalhada dos gastos em apreço, acrescida devido ao já mencionado desbloqueamento das restrições impostas por sucessivas Leis de Orçamento de Estado desde o ano de 2011.

No ano de 2017 os gastos com o pessoal ultrapassaram, pela primeira vez, os 12 milhões de euros, significando tal um acréscimo nominal de 570 milhares de euros, ou seja, mais 4,83 por cento do que os 11,8 milhões de euros despendidos em 2016. Tratou-se, conforme amplamente referido acima, do primeiro ano em que se repercute de forma integral o desbloqueamento das restrições impostas

pelas sucessivas Leis de Orçamento de Estado. Face ao ano de 2015, ano em que vigoraram ainda as restrições mencionadas, o impacto total correspondeu a um acréscimo absoluto da ordem de um milhão de euros e, em termos percentuais, a cerca de nove por cento.

Tabela 50: Gastos com o pessoal

Unidade: euro			
Gastos com o pessoal	2017	2016	Var.%
Remunerações órgãos sociais	199.048	194.317	2,44%
Remunerações do pessoal	9.779.667	9.240.142	5,84%
Benefícios pós-emprego	0	38.836	-100%
Encargos sobre remunerações	2.215.943	2.113.269	4,86%
Seguros acidentes trab./doença	63.698	114.913	-44,57%
Gastos ação social	8.187	9.828	-16,69%
Outros gastos com o pessoal	110.215	95.016	16,00%
Total	12.376.757	11.806.320	4,83%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

A principal componente dos gastos com o pessoal corresponde à rubrica de Remunerações com o pessoal, que ascendeu, em 2017, a quase 9,8 milhões de euros, mais 5,84 por cento do que os 9,2 milhões de euros despendidos em 2016. Seguem-se os encargos sobre as remunerações, que atingiram em 2017 os 2,2 milhões de euros, um aumento de 4,86 por cento face a 2016. Também por via da extinção das restrições impostas pelas Leis de Orçamento de Estado, a rubrica de remunerações dos órgãos sociais registou uma evolução positiva.

Também a rubrica de outros gastos com o pessoal, em que se observa um aumento de 16 por cento, apresenta um acréscimo significativo, devido sobretudo ao investimento realizado em formação, que regista um aumento de 68 por cento, de 21,6 mil euros em 2016 para 36,3 mil euros em 2017, sendo que uma parte significativa deste montante prende-se com a regularização de formação realizada em anos anteriores.

A totalidade das restantes rubricas registou uma variação negativa, sendo de referir evolução da rubrica benefícios pós-emprego, cuja quebra se deveu à conclusão, em 2016, do processo de aposentações do “Programa de Incentivo à Aposentação Voluntária”.

Tabela 51: Gastos com o pessoal (órgãos sociais e pessoal)

Unidade: euro			
Gastos com o pessoal	2017	2016	Var.%
Órgãos Sociais	244.637	240.819	1,59%
Remunerações	199.048	194.317	2,44%
Encargos sobre remunerações	45.589	46.503	-1,96%
Pessoal	11.950.021	11.306.908	5,69%
Remunerações	9.779.667	9.240.142	5,84%
Encargos sobre remunerações	2.170.354	2.066.767	5,01%
Outros gastos com o pessoal	182.100	258.593	-29,58%
Total	12.376.757	11.806.320	4,83%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Na tabela acima os valores são apresentados com a separação dos gastos com os órgãos sociais e o pessoal, permitindo uma perspetiva ligeiramente diferente da expressa na tabela anterior.

Tabela 52: Remunerações do pessoal

Unidade: euro			
Remunerações do pessoal	2017	2016	Var.%
Remunerações normais	8.059.265	7.692.437	4,77%
Remunerações adicionais	1.610.535	1.625.652	-0,93%
Reduções ao abrigo das LOE	25	-141.542	-100%
Remunerações acessórias	109.842	63.594	72,72%
Total	9.779.667	9.240.142	5,84%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Na desagregação da rubrica Remunerações com o pessoal, o aumento mais pronunciado registou-se ao nível das Remunerações acessórias, que contemplam sobretudo duas componentes:

- ⌘ Remunerações associadas a serviços especiais de rebocadores, resultantes de operações efetuadas a outras embarcações fora do perímetro de duas milhas dos portos sob jurisdição da Portos dos Açores;
- ⌘ Créditos laborais diretamente associados a situações de docagem, ao abrigo de um acordo com o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias (SNTAP), revisto e clarificado em 2017.

A redução de maior amplitude ocorreu ao nível das Reduções ao abrigo das LOE (Leis de Orçamento de Estado), por via da extinção das restrições, já amplamente referida acima, a partir de julho de 2016.

Tabela 53: Remunerações normais do pessoal

Unidade: euro			
Remunerações normais	2017	2016	Var.%
Vencimentos	4.914.386	4.725.487	4,00%
Subsídios de férias e natal	942.502	873.303	7,92%
Isonção de horário de trabalho	1.540.115	1.532.076	0,52%
Diuturnidades	439.986	377.223	16,64%
Restantes	222.276	184.348	20,57%
Total	8.059.265	7.692.437	4,77%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

No que respeita à categoria Remunerações normais, são perceptíveis algumas situações com variações substanciais, como é o caso das diuturnidades (mais 16,64 por cento) e as restantes (mais 20,57 por cento), e em que regista preponderância as remunerações aos pilotos para realização de trabalho em períodos não cobertos pelo horário normal de trabalho (subsídio para trabalho em sábados, domingos e feriados).

De qualquer modo, todas as remunerações normais foram afectadas pela eliminação das restrições colocadas pelas sucessivas Leis de Orçamento de Estado.

De referir ainda que o Conselho Fiscal auferiu a título de remuneração pelo exercício das suas funções em 2017 o valor de 11.200 euros, sendo que não havia auferido qualquer valor em 2016.

7.1.1.2.2. Fornecimentos e serviços externos

A principal componente dos fornecimentos e serviços externos são os serviços especializados, que representavam, no final de 2017, 41,94 por cento (40,37 por cento do total da rubrica em 2016). Incluem-se aí os gastos com conservação e reparação de edifícios e construções, bem como de equipamento terrestre, componentes vitais para a prossecução do objeto social da empresa, bem como ainda os gastos com vigilância e segurança, essenciais no âmbito do cumprimento com as medidas ao abrigo do Código ISPS a que os portos estão obrigados.

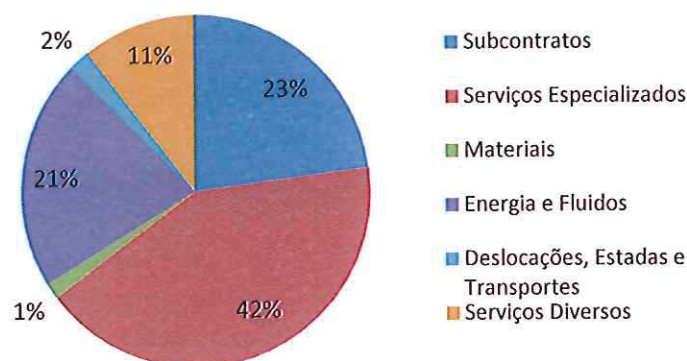
Tabela 54: Fornecimentos e serviços externos

	Unidade: euro		
Fornecimentos e serviços externos	2017	2016	Var (%)
Subcontratos	1.628.848	1.548.921	5,16%
Serviços Especializados	2.984.612	2.748.288	8,60%
Materiais	106.581	100.405	6,15%
Energia e Fluidos	1.501.061	1.473.211	1,89%
Deslocações, Estadas e Transportes	146.618	122.443	19,74%
Serviços Diversos	749.428	814.854	-8,03%
Total dos Fornecimentos e serviços externos	7.117.149	6.808.122	4,54%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

O aumento do peso relativo desta componente reflete o crescimento deste tipo de gastos numa proporção superior ao total de fornecimentos e serviços externos (8,60 por cento de aumento nos serviços especializados e de 4,54 por cento para o total dos fornecimentos e serviços externos).

Figura 40: Componentes de Fornecimentos e serviços externos em 2017



Os subcontratos são, em termos de peso relativo, a segunda maior componente dos Fornecimentos e serviços externos, apresentando um peso relativo nos fornecimentos e serviços externos de 22,89 por cento (22,75 por cento em 2016). Nestes gastos incluem-se sobretudo os serviços de gestão do complexo "Portas do Mar", que representa, só por si, 37,62 por cento (39,56 por cento em 2016) dos gastos que integram os subcontratos. Incluem-se ainda nos subcontratos os serviços de estiva nos portos onde tal atividade é assegurada pela Portos dos Açores, serviços de lancha, amarração e recolha de lixo e óleos, componentes indispensáveis da atividade portuária e efetuada por terceiros.



A terceira principal componente de fornecimentos e serviços externos corresponde à rubrica energia e fluídos (21,09 por cento em 2017 e 21,64 por cento em 2016 do total dos fornecimentos e serviços externos), nela se incluindo o consumo de electricidade, combustíveis e água. Em 2017, o consumo de electricidade representou 41,32 por cento dos gastos desta componente (45,21 por cento em 2016), seguindo-se o consumo de combustíveis, que correspondeu a 39,50 por cento (32,45 por cento em 2016). Com bastante menos importância, segue-se o consumo de água com 14,05 por cento (14,95 por cento em 2016).

Por fim, referência aos serviços diversos, com um peso relativo de 10,53 por cento (11,97 por cento em 2016), onde se incluem vários tipos de serviços, com destaque para a limpeza, higiene e conforto, seguros e comunicações.

As restantes componentes possuem um impacto relativamente marginal no âmbito dos gastos em fornecimentos e serviços externos, nomeadamente as rubricas de materiais e deslocações, estadias e transportes.

7.1.1.2.3. Gastos de depreciação e amortização

Os gastos de depreciação e amortização são outra das componentes com maior peso na composição dos gastos operacionais, representando 25,73 por cento do total de gastos operacionais (24,87 por cento em 2016).


De entre as suas várias componentes da rubrica, destaca-se a respeitante a edifícios e outras construções, com 80,41 por cento do total dos gastos de depreciação e amortização (78,31 por cento em 2016), resultado direto da magnitude dos investimentos em infraestruturas efetuados pela Portos dos Açores e pelas administrações portuárias antecessoras, desde o ano de 2003.

Tabela 55: Gastos de depreciação e amortização

Gastos de depreciação e de amortização	Unidade: euro		
	2017	2016	Var. (%)
Ativos fixos tangíveis	7.170.278	7.266.155	-1,32%
Edifícios e outras construções	5.804.909	5.751.597	0,93%
Equipamento básico	1.227.798	1.392.978	-11,86%
Equipamento de transporte	11.685	11.294	3,46%
Equipamento administrativo	40.550	38.685	4,82%
Outros ativos fixos tangíveis	85.337	71.600	19,19%
Ativos intangíveis	48.424	78.499	-38,31%
Propriedade industrial e direitos	5.865	35.940	-83,68%
Outros ativos intangíveis	42.559	42.559	0,00%
Total de gastos de depreciação e de amortização	7.218.702	7.344.655	-1,71%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

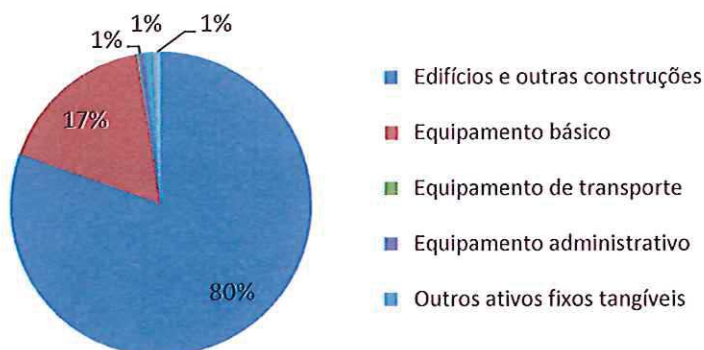
Também o equipamento básico é uma componente relevante desta rubrica, representando 17,01 por cento dos gastos da mesma (19,30 por cento em 2016). Os bens aqui incluídos dizem respeito a equipamento marítimo, nomeadamente rebocadores e lanchas de pilotagem, e equipamento



terrestre, com destaque para equipamentos como sejam as gruas portuárias e os empilhadores de maior capacidade.

O peso do conjunto destas duas componentes dos gastos de depreciação e amortização é sensivelmente o mesmo nos dois últimos anos, rondando os 97 por cento. Contudo, constata-se um aumento em 2,1 p.p. no caso dos edifícios e outras construções e, em oposição, uma diminuição de 2,29 p.p. no caso do equipamento básico. Esta quebra, correspondente a 165,2 milhares de euros, indicia, de forma relativamente perceptível, um menor nível de investimento realizado em equipamento portuário. Numa análise de maior amplitude, constata-se que, em termos médios, os gastos de depreciação e amortização relativos a equipamento básico vêm registando uma diminuição desde 2012 à razão de 126.073 euros anuais.

Figura 41: Componentes de Gastos de depreciação e amortização em 2017



7.1.1.2.4. Decomposição do resultado operacional

Apresenta-se na tabela seguinte a decomposição do resultado operacional de 2017 e 2016 e respetivas variações percentuais.



Tabela 56: Resultado operacional

Descrição	Unidade: euro		
	2017	2016	Var.%
1. Rendimentos operacionais			
Vendas	663 046	491 660	34,86%
Prestações de serviços	18 889 743	19 591 755	-3,58%
Subsídios à exploração	36 859	50 991	-27,71%
Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empr. conjuntos	(2 183 488)	827 306	-363,93%
Outros rendimentos	5 292 613	5 245 394	0,90%
Total 1.	22 698 772	26 207 106	-13,39%
2. Gastos operacionais			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(648 300)	(467 343)	38,72%
Fornecimentos e serviços externos	(7 117 149)	(6 808 122)	4,54%
Gastos com o pessoal	(12 376 757)	(11 806 320)	4,83%
Imparidade de dívidas a receber	(426 925)	(286 339)	49,10%
Provisões	17 682	(15 153)	-216,69%
Outros gastos	(283 746)	(465 557)	-39,05%
Total 2.	(20 835 195)	(19 848 833)	4,97%
3. EBITDA (=1.+2.)	1 863 577	6 358 273	-70,69%
4. Gastos de depreciação e de amortização	(7 218 702)	(7 344 655)	-1,71%
5. Resultado operacional (=3.+4.)	(5 355 125)	(986 382)	442,91%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Para além dos factos já descritos acima, de referir ainda como facto pertinente a evolução do EBITDA, ou seja, o Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, que registou um decréscimo muito relevante face aos seis milhões de euros registados em 2016.

7.1.2. Resultado financeiro

O resultado de natureza financeira de 2017 melhorou de uma forma muito positiva, sobretudo atendendo a que, no mesmo período se observou um aumento, embora não muito significativo, do endividamento da empresa, da ordem dos 780 milhares de euros.

O decréscimo ao nível dos juros suportados e o aumento, embora ligeiro, do endividamento da Portos dos Açores significa uma diminuição do custo de financiamento, processo a que já se fizera referência em sede de Relatório e contas de 2016, e que se iniciara ainda no exercício de 2015.

Tabela 57: Resultado financeiro

Descrição	Unidade: euro		
	2017	2016	Var (%)
Juros e rendimentos similares obtidos	0	0	-%
Juros e gastos similares suportados	(2 083 853)	(2 393 750)	-12,95%
Resultado financeiro	(2 083 853)	(2 393 750)	-12,95%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

Tabela 59: Balanços

Descrição	Unidade: euro			
	2017	%	2016	%
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	297 698 624	80,0%	282 603 878	86,3%
Ativos intangíveis	46 509	0,0%	83 979	0,0%
Participações financeiras	15 235 018	4,1%	17 929 281	5,5%
Outros investimentos financeiros	146 290	0,0%	143 206	0,0%
Créditos a receber	29 256 415	7,9%	4 493 807	1,4%
Ativos por impostos diferidos	58 176	0,0%	66 472	0,0%
Ativo corrente				
Inventários	35 548	0,0%	29 584	0,0%
Clientes	6 760 107	1,8%	8 147 646	2,5%
Estado e outros entes públicos	156 589	0,0%	256 849	0,1%
Outros créditos a receber	21 262 629	5,7%	11 464 226	3,5%
Diferimentos	713 485	0,2%	664 420	0,2%
Caixa e depósitos bancários	808 102	0,2%	1 529 305	0,5%
Total do ativo	372 177 492	100,0%	327 412 653	100,0%
Capital próprio				
Capital subscrito	40 238 700	10,8%	40 238 700	12,3%
Reservas legais	204 200	0,1%	204 200	0,1%
Outras reservas	21 403	0,0%	21 403	0,0%
Resultados transitados	(23 903 224)	-6,4%	(19 701 202)	-6,0%
Ajustamentos em ativos financeiros	10 754 522	2,9%	10 437 991	3,2%
Outras variações do capital próprio	222 948 416	59,9%	184 539 359	56,4%
Resultado líquido do exercício	(7 463 949)	-2,0%	(3 399 716)	-1,0%
Total do capital próprio	242 800 069	65,2%	212 340 736	64,9%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	317 904	0,1%	363 235	0,1%
Estado e outros entes públicos	124 500	0,0%	256 542	0,1%
Financiamentos obtidos	53 497 817	14,4%	53 531 841	16,3%
Outras dívidas a pagar	49 968 505	13,4%	41 365 252	12,6%
Passivo corrente				
Fornecedores	2 989 965	0,8%	2 174 918	0,7%
Estado e outros entes públicos	595 434	0,2%	609 749	0,2%
Financiamentos obtidos	8 906 867	2,4%	8 095 714	2,5%
Outras dívidas a pagar	12 930 486	3,5%	8 618 125	2,6%
Diferimentos	45 945	0,0%	56 539	0,0%
Total do passivo	129 377 423	34,8%	115 071 917	35,1%
Total do capital próprio e do passivo	372 177 492	100,0%	327 412 653	100,0%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

7.2. Fundos libertos

Em 2017 os Fundos libertos atingiram um valor negativo de 654.490 euros, em oposição ao valor observado em 2016, que se cifrara em 3.643.447 euros positivos. Esta diminuição extremamente elevada prende-se, na sua quase totalidade, com a evolução do resultado líquido de 2017, já que o efeito das restantes componentes para a constituição dos fundos libertos registaram variações ínfimas em termos de valores absolutos.

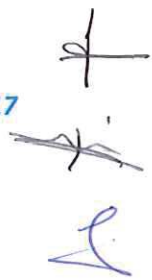
Tabela 58: Fundos libertos

	Unidade: euro		
	2017	2016	Var (%)
Resultado líquido do período	(7 463 949)	(3 399 716)	119,55%
Gastos de depreciação e de amortização	7 218 702	7 344 655	-1,71%
Imparidades/Provisões	(409 243)	(301 491)	35,74%
Fundos libertos	(654 490)	3 643 447	-117,96%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

7.3. Situação financeira e patrimonial

A situação patrimonial da PA, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é apresentada na tabela seguinte.



7.4. Fundo de maneiio

O Fundo de maneiio da Portos dos Açores atingiu em 2017 um valor positivo superior a 4,2 milhões de euros, um valor consideravelmente acima do observado em 2016, que fora de pouco mais de 2,5 milhões de euros.

Do lado do Ativo corrente, registou-se um elevado aumento, da ordem de 9,8 milhões de euros, a par do já sucedera em 2016. Tal decorre, em grande medida do regime de atribuição de subsídios ao investimento, nomeadamente no âmbito do COMPETE 2020. Este tópico é detalhado na nota 12 das Notas às Demonstrações Financeiras – Contas Individuais.

Deverá também referir-se a ocorrência de uma significativa redução a nível dos clientes, com uma quebra da ordem de 1,4 milhões de euros, por via da execução de uma política de cobrança mais incisiva e proativa.

Do lado do Passivo corrente, a principal alteração prende-se com o aumento das Outras dívidas a pagar, alvo do devido detalhe na nota 19 das Notas às Demonstrações Financeiras – Contas Individuais.

Quanto ao endividamento de curto prazo, cresceu 811 milhares de euros, por via da proximidade do vencimento de alguns dos empréstimos em vigor.

Em suma, a estrutura do fundo de maneiio de 2017 apresenta-se perfeitamente equilibrada, com as maturidades dos compromissos de curto prazo a um nível considerado adequado.

Tabela 60: Fundo de maneiio

	2017	2016	Unidade: euro Var (%)
Ativo corrente	29 736 460	22 092 029	34,60%
Passivo corrente	25 468 697	19 555 046	30,24%
Fundo de maneiio	4 267 762	2 536 983	68,22%

Fonte: Portos dos Açores, S.A.

7.5. Indicadores económicos e financeiros

Relativamente aos indicadores de âmbito económico, estes foram, em grande medida, afetados pela evolução dos resultados, por via do modo de cálculo na generalidade dos mesmos.

Assim, constata-se uma deterioração da totalidade dos indicadores, como consequência direta dos valores observados nos resultados de 2017.

Para além disto, deverá destacar-se o facto dos gastos com o pessoal terem excedido o valor acrescentado bruto (VAB) gerado pela empresa, ao contrário do que se observara em 2015.

Tabela 61: Indicadores económicos

Descrição	2017	2016	Var (%)
Gastos com o pessoal/VAB (Gastos com o pessoal/VAB)	104,67%	91,85%	13,96%
Rentabilidade das vendas (Resultado operacional)/(Vendas+Prestação de Serviços)	-27,39%	-4,91%	457,64%
Rentabilidade do ativo (Resultado operacional/Ativo total)	-1,44%	-0,30%	377,61%
Rentabilidade dos capitais próprios (Resultado líquido/Capitais próprios)	-3,07%	-1,60%	92,00%

Un.: Euro

No que respeita aos indicadores de índole financeira, observa-se uma evolução no sentido de um aumento da liquidez geral, por via do aumento do ativo corrente (de 21,4 milhões de euros em 2016 para 29 milhões de euros em 2017) que ultrapassou o aumento ocorrido no passivo corrente (de 19,5 milhões de euros em 2016 para quase 25,5 milhões de euros em 2017).

A Autonomia financeira manteve-se ao nível de 2016, decorrente da evolução em proporções relativamente idênticas do capital próprio e do ativo total líquido, elementos que compõem este indicador.

Relativamente à Solvabilidade, observa-se uma melhoria embora não muito ampla, resultado de um aumento percentual do capital próprio superior ao do observado no caso do passivo total.

Em termos do indicador Cobertura do imobilizado, ocorreu um aumento no seu valor, por via do crescimento mais acentuado dos capitais permanentes face à evolução do valor do Imobilizado líquido.

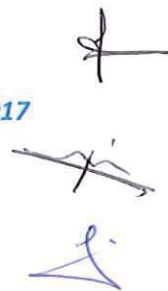
Tabela 62: Indicadores financeiros

Descrição	2017	2016	Var (%)
Liquidez geral (Ativo corrente/Passivo corrente)	1,11	1,07	4,20%
Autonomia financeira (Capital próprio/Ativo total líquido)	0,65	0,65	0,59%
Solvabilidade (Capital próprio/Passivo total)	1,88	1,85	1,70%
Cobertura do imobilizado (Capitais permanentes/Imobilizado líquido)	1,11	1,02	8,17%
Prazo médio de cobrança (n.º dias) (Saldo de Clientes c/cX365)/(Vendas+Prestações de serviços)	126,19	148,08	-14,78%
Prazo médio de pagamentos (n.º dias) (Saldo de Fornecedores c/cX365/FSE)	153,34	116,60	31,51%

Un.: Euro

Quanto ao Prazo médio de cobrança, registou uma melhoria de mais de 20 dias face aos dados dos últimos anos. De facto, observara-se que este indicador se situara de forma persistente à volta dos 150 dias. Esta melhoria constitui o resultado de uma das medidas implementadas em termos de cobrança e com particular ênfase em sede de perspetivas futuras do relatório e contas de 2016.

Ao invés, o prazo médio de pagamentos registou um acréscimo muito significativo, de mais de 36 dias, consequência direta das dificuldades observadas em termos de liquidez, com reflexo no saldo de fornecedores do final de 2017.



8. Participações financeiras

8.1. Enquadramento

A Portos dos Açores elabora as suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as regras legais e contabilísticas em vigor. Neste contexto, as empresas incluídas na consolidação em 31 de dezembro de 2017 são as que constam da tabela a seguir.

Tabela 63: Empresas subsidiárias

Empresas	Sede	% Capital detido
NAVAL CANAL - Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	Horta	100,00%
Atlânticoline, S.A.	Ponta Delgada	83,97%

O presente capítulo apresenta algumas notas acerca do conjunto de participações financeiras em posse da empresa Portos dos Açores no final do ano de 2017, com natural destaque para a empresa Atlânticoline.

A empresa em causa tem como objeto social a exploração do transporte marítimo de passageiros, veículos e mercadorias, a prestação de serviços de pilotagem e de reboque e a gestão náutica e comercial de navios, possuindo um capital social 7.145.400 euros, detido em 83,97 por cento, ou seja, no montante de seis milhões de euros, pela Portos dos Açores. O remanescente é detido diretamente pela Região Autónoma dos Açores.

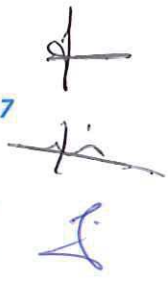
Relativamente à empresa Naval Canal, não apresentou no período em apreço atividade digna de registo, estando prevista a alienação da totalidade do respetivo capital, de acordo com indicações do acionista, já em meados de 2018 e melhor detalhada no próximo capítulo.

Atendendo à importância da atividade dos vários operadores portuários da Região Autónoma dos Açores e em que a Portos dos Açores possui uma participação de 20 por cento, é também efetuada uma breve menção aos principais aspetos de âmbito económico e financeiro dos vários operadores portuários.

As participações financeiras nas empresas associadas apresentavam a proporção de capital detido em 31 de dezembro de 2017 e 2016 constante da tabela abaixo.

Tabela 64: Empresas e entidades associadas

Empresas	Sede	% Capital detido
AGESPI - Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira	Praia da Vitória	25,00%
OPERPDL - Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	Ponta Delgada	20,00%
OPERTerceira - Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	Praia da Vitória	20,00%
OPERTRI - Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	Horta	20,00%



As participações nas entidades subsidiárias e associadas identificadas nas tabelas acima foram incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial. De referir que, de acordo com orientações do Governo Regional dos Açores, a Portos dos Açores deverá proceder à cedência da sua quota na AGESPI e ainda extinguir a sua participação na Associação Portas do Mar, aspetos a detalhar no capítulo seguinte.





8.2. Atlânticoline, S.A.

Pela relevância da participação da Portos dos Açores no capital social da Atlânticoline, conforme reportado na secção anterior, para além da importância da referida empresa no transporte marítimo de passageiros inter-ilhas, apresentam-se de seguida alguns dados que ilustram a atividade operacional e de âmbito financeiro da subsidiária.


8.2.1. Atividade operacional

Após o processo de fusão por incorporação da Transmaçor, Lda., ocorrido no final de março de 2015, a operação da subsidiária compreende as seguintes atividades:

Operação regular:



-  **Linha Rosa**, que compreende as ligações entre o porto de Santa Cruz das Flores, na ilha das Flores e a ilha do Corvo;
-  **Linha Azul**, que compreende as ligações entre os portos de Horta e Madalena;
-  **Linha Verde**, que compreende as ligações entre os portos de Horta, Madalena, São Roque e Velas;
-  **Linha Lilás**, que compreende as ligações entre os portos de Horta, São Roque, Velas, Calheta e Angra do Heroísmo.

Operação sazonal:

-  **Linha Amarela**, que compreende as ligações entre todas as ilhas, com exceção do Corvo.

Em 2017 a operação sazonal foi efetuada por dois navios fretados, do tipo “High Speed Craft” (HSC), ao contrário do que sucedera em anos anteriores em que apenas se recorria a um navio deste tipo e outro convencional. A lista completa de meios marítimos utilizados em 2017 pela empresa, e respetivas características, é a seguinte:

Navios fretados e afetos à operação sazonal:

-  **“Master Jet”**: navio do tipo HSC Ro-Ro de passageiros, com capacidade para 600 passageiros e 60 viaturas;
-  **“Mega Jet”**: navio do tipo HSC Ro-Ro de passageiros, com capacidade para 650 passageiros e 80 viaturas.

Navios próprios afetos à operação regular:

[Handwritten signatures and initials]

- ☒ “Mestre Simão”: navio do tipo Ro-Ro de passageiros, com capacidade para 334 passageiros e oito viaturas. Infelizmente, a 6 de janeiro de 2018 o navio em apreço sofreu um acidente na operação de entrada no porto da Madalena, tendo sido abatido à frota da empresa;
- ☒ “Gilberto Mariano”: navio do tipo Ro-Ro de passageiros, com capacidade para 297 passageiros e 12 viaturas;
- ☒ “Cruzeiro das Ilhas”: embarcação de passageiros, com capacidade para 193 passageiros e duas macas;
- ☒ “Cruzeiro do Canal”: embarcação de passageiros, com capacidade para 193 passageiros e três macas;
- ☒ Lancha “Ariel”: embarcação de passageiros, com capacidade para 12 passageiros e três macas.

Em termos de fluxos de passageiros, será de referir, desde logo, a dimensão da Linha Azul, com ligação entre Horta e Madalena, com um fluxo de praticamente 422 milhares de passageiros em 2017, representando 71,97 por cento do total de passageiros movimentados pela empresa. Segue-se, em termos de importância relativa, a Linha Verde, ou seja, com ligações entre os portos de Horta, Madalena, São Roque e Velas, que atingiu em 2017 um total de 82 milhares de passageiros, o que corresponde a 14,04 por cento do total de passageiros.

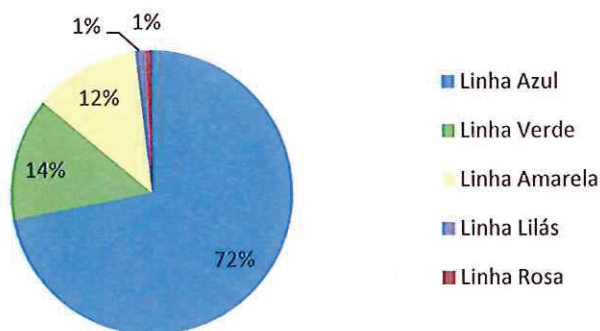
Tabela 65: Passageiros transportados por linha

Passageiros	2017	2016	Var. %
Linha Azul	421.816	412.805	2,18%
Linha Verde	82.262	72.374	13,66%
Linha Amarela	71.229	61.011	16,75%
Linha Lilás	6.449	4.855	32,83%
Linha Rosa	4.354	3.922	11,01%
Total	586.110	554.967	5,61%

Fonte: Atlânticoline, S.A.

No conjunto, estas duas linhas que cobrem as designadas “Ilhas do Triângulo”, corresponderam, em 2017, a quase 450 milhares de passageiros transportados, ou seja, 86 por cento do total. Estas duas linhas registaram em 2017 um total de 2.303 viagens em 2017, com uma taxa média de ocupação na Linha Azul de 35,1 por cento e, na Linha Verde, de 21,7 por cento.

Figura 42: Passageiros transportados por linha em 2017



Em terceira posição temos a Linha Amarela, correspondente à operação sazonal inter-ilhas, com ligação a todas as ilhas dos Açores com exclusão da ilha do Corvo, que atingiu em 2017 mais de 71 mil passageiros (12,15 por cento do total). A operação incluiu 553 viagens realizadas entre 18 de maio e 24 de setembro, com os já referidos navios fretados do tipo HSC.

As restantes linhas apresentam volumes diminutos, sendo de destacar a importância da Linha Rosa, que liga as duas ilhas mais ocidentais da Europa. Nesta linha, em 2017 efetuaram-se 298 viagens das 350 previstas inicialmente, tendo sido canceladas 72 viagens devido a condições meteorológicas adversas, 20 das quais repostas posteriormente.

Relativamente ao movimento de viaturas, ocorre apenas em três das linhas (Linha Azul, Linha Verde e Linha Amarela), devido à inexistência de rampas Ro-Ro em alguns dos portos escalados pelos navios e embarcações.

Tabela 66: Viaturas transportados por linha

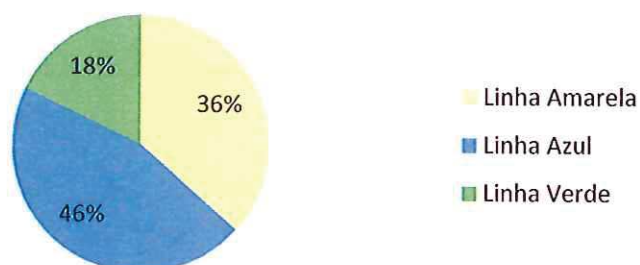
Viaturas	2017	2016	Var. %
Linha Amarela	11.107	11.873	-6,45%
Linha Azul	13.884	11.762	18,04%
Linha Verde	5.418	4.015	34,94%
Linha Rosa	0	0	-%
Linha Lilás	0	0	-%
Total	30.409	27.650	9,98%

Fonte: Atlânticoline, S.A.

A Linha Azul concentrou uma parte muito significativa do volume de viaturas transportadas, ou seja, 46 por cento do total de viaturas transportadas, com um acréscimo de 18,04 por cento face a 2016. Já a Linha Verde, com 5.418 viaturas, representa 18 por cento do total de viaturas transportadas, com um acréscimo face ao ano anterior de quase 35 por cento.

A Linha Amarela registou um decréscimo relativo face ao ano transato, passando de 11.873 viaturas transportadas em 2016 para 11.107 em 2017.

Figura 43: Viaturas transportadas por linha em 2017



8.2.2. Elementos económicos e financeiros

Relativamente a informação de âmbito económico e financeiro, a atividade de 2017 caracterizou-se por uma quebra no volume de negócios de 2017 face a 2016 em 10,18 por cento, de pouco mais de



15 milhões de euros para 13,5 milhões de euros em 2017. Esta redução do volume de negócios registou-se num contexto de aumento do volume de passageiros e viaturas transportados pela empresa superior, respectivamente, a cinco e a 10 por cento, factos que não se repercutiram em fluxos financeiros acrescidos nessa mesma proporção.

Em oposição, observou-se um aumento muito expressivo de 18,56 por cento ao nível dos fornecimentos e serviços externos, de 10,5 milhões de euros em 2016 para praticamente 12,5 milhões em 2017. Adicionalmente, de referir também o acréscimo ocorrido nos gastos com o pessoal, da ordem dos 8,15 por cento, ultrapassando em 2017 os três milhões de euros.

Considerando apenas o conjunto destes elementos, verifica-se que contribuem em cerca de 75 por cento para o resultado líquido negativo atingido em 2017.

Em termos de resultado operacional, que em 2016 fora positivo em mais de 1,26 milhões de euros, registou-se uma relevante inversão, concluindo-se o ano de 2017 com um resultado negativo superior a 2,3 milhões de euros.

De referir ainda a melhoria ocorrida ao nível do resultado financeiro, num contexto de redução dos financiamentos obtidos, da ordem dos 863 milhares de euros em 2017.

Na mesma sequência da evolução do resultado operacional, o resultado líquido do exercício registou também uma inversão, de praticamente 885 milhares de euros em 2016 para quase 2,7 milhões de euros negativos em 2017.

Tabela 67: Demonstração de resultados da Atlânticoline

Descrição	Unidade: euro		
	2017	2016	Var. %
Vendas e serviços prestados	13.534.502	15.068.184	-10,18%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(104.292)	(123.120)	-15,29%
Fornecimentos e serviços externos	(12.495.361)	(10.539.553)	18,56%
Gastos com o pessoal	(3.059.699)	(2.829.070)	8,15%
Imparidade de dívidas a receber	47.565	66.980	-28,99%
Provisões (aumentos/reduções)	96.170	0	-%
Outros rendimentos	885.846	947.225	-6,48%
Outros gastos	(82.533)	(56.900)	45,05%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(1.177.802)	2.533.746	-146,48%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(1.193.784)	(1.270.311)	-6,02%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(2.371.585)	1.263.435	-287,71%
Juros e rendimentos similares obtidos	0	4.692	-100,00%
Juros e rendimentos similares suportados	(309.122)	(319.176)	-3,15%
Resultado antes de impostos	(2.680.707)	948.952	-382,49%
Imposto sobre o rendimento do período	(15.535)	(64.106)	-75,77%
Resultado líquido do período	(2.696.242)	884.845	-404,71%

Fonte: Atlânticoline, S.A.

A análise do balanço permite traçar também algumas notas, com particular ênfase na diminuição muito significativa do saldo de clientes, facto que se enquadra na redução em 2017 do volume de negócios.

Ao nível das grandes rubricas, observa-se um aumento do peso do ativo não corrente em 2017, por via do montante de créditos a receber que, em 2016, incidira sobre o ativo corrente com valor da

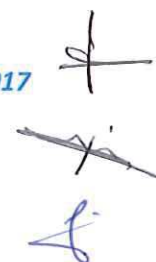
mesma ordem de grandeza. Excluindo esta alteração, a estrutura do balanço mantém-se relativamente idêntica à observada em 2016.

Por último, de referir ainda a diminuição do nível de endividamento da empresa subsidiária, conforme referido acima, com particular preponderância para os financiamentos obtidos de curto prazo, da ordem dos 614 milhares de euros.

Tabela 68: Balanços da Atlânticoline

Descrição	Unidade: euro			
	2017	%	2016	%
Ativo				
Ativo não corrente	24.801.619	89,1%	18.319.880	58,0%
Ativos fixos tangíveis	16.694.192	59,9%	18.101.522	57,3%
Ativos intangíveis	202.857	0,7%	155.046	0,5%
Propriedades de investimento	229.567	0,8%	0	0,0%
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	1	0,0%	1	0,0%
Outros investimentos financeiros	65.100	0,2%	63.310	0,2%
Créditos a receber	7.609.902	27,3%	0	0,0%
Ativo corrente	3.046.403	10,9%	13.249.023	42,0%
Inventários	90.128	0,3%	87.578	0,3%
Clientes	2.639.205	9,5%	4.769.482	15,1%
Estado e outros entes públicos	207.671	0,7%	343.419	1,1%
Outros créditos a receber	79.391	0,3%	7.988.088	25,3%
Diferimentos	0	0,0%	20.144	0,1%
Caixa e depósitos bancários	30.007	0,1%	40.312	0,1%
Total do ativo	27.848.022	100,0%	31.568.903	100,0%
Capital próprio				
Capital subscrito	7.145.400	25,7%	7.145.400	22,6%
Reservas legais	533.975	1,9%	445.490	1,4%
Outras reservas	(4.790.531)	-17,2%	(4.790.531)	-15,2%
Resultados transitados	3.814.234	13,7%	3.017.873	9,6%
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	13.035.118	46,8%	13.668.994	43,3%
Resultado líquido do período	(2.696.242)	-9,7%	884.845	2,8%
Total do capital próprio	17.041.953	61,2%	20.372.072	64,5%
Passivo				
Passivo não corrente	6.194.115	22,2%	6.682.741	21,2%
Provisões	3.000	0,0%	99.170	0,3%
Financiamentos obtidos	3.270.241	11,7%	3.519.229	11,1%
Passivos por impostos diferidos	1.135	0,0%	2.621	0,0%
Outras dívidas a pagar	2.919.739	10,5%	3.061.721	9,7%
Passivo corrente	4.611.953	16,6%	4.514.090	14,3%
Fornecedores	1.980.947	7,1%	1.281.733	4,1%
Estado e outros entes públicos	74.294	0,3%	69.873	0,2%
Financiamentos obtidos	2.170.700	7,8%	2.784.822	8,8%
Outras dívidas a pagar	386.012	1,4%	377.662	1,2%
Total do passivo	10.806.068	38,8%	11.196.831	35,5%
Total do capital próprio e do passivo	27.848.022	100,0%	31.568.903	100,0%

Fonte: Atlânticoline, S.A.



8.3. Operadores portuários

A Portos dos Açores possui uma participação de 20 por cento em cada uma das empresas licenciadas ao abrigo de legislação específica para a atividade de operação portuária na Região Autónoma dos Açores, ou seja, OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda., OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda. e OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda..

Em 2017 a totalidade destas empresas obteve resultados líquidos positivos, sendo de destacar as variações positivas ocorridas na OPERTERCEIRA (229.207 euros de lucro em 2017, mais 18,9 por cento do que em 2016) e na OPERPDL (119.408 euros de lucro em 2017, mais 28,03 por cento do que em 2016). Em oposição, na OPERTRI a variação face a 2016 foi negativa em mais de 62 por cento, de um lucro de 123.579 euros em 2016 para um lucro de 46.578 euros em 2017.

A evolução registada ao nível do volume de negócios foi relativamente exígua, observando-se uma variação positiva de 2,15 por cento no caso da OPERPDL, para quase 3,9 milhões de euros de volume de negócios em 2017. A OPERTRI manteve praticamente inalterado o seu volume de negócios à volta dos 937 milhares de euros, com um crescimento residual de 0,2 por cento. Por último, registo para o decréscimo de 6,19 por cento no volume de negócios da OPERTERCEIRA, decorrente de forma direta da redução na atividade portuária no porto da Praia da Vitória (quebra de 2,25 por cento no número de unidades de contentor e de 8,69 por cento no número de toneladas de granéis sólidos).

A estrutura dos balanços dos operadores portuários é, em geral, dominada pelas componentes do ativo corrente, em virtude da quase inexistência de equipamento próprio para exercício da atividade.

Os indicadores obtidos para os dois últimos anos são em geral bastante favoráveis, sendo de destacar a menor robustez de indicadores financeiros como a autonomia financeira e a solvabilidade da OPERPDL, quando comparados com os dos outros dois operadores portuários.

Tabela 69: Indicadores económicos e financeiros dos operadores portuários

	OPERPDL		OPERTERCEIRA		OPERTRI	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Rentabilidade das vendas (Resultado operacional/(Vendas+Prestação de Serviços))	3,98%	0,82%	16,09%	14,16%	6,13%	14,04%
Rentabilidade do ativo (Resultado operacional/Ativo total)	10,56%	2,34%	11,54%	11,33%	7,36%	17,70%
Rentabilidade dos capitais próprios (Resultado líquido/Capitais próprios)	23,43%	23,90%	12,37%	11,18%	7,05%	19,33%
Liquidez geral (Ativo corrente/Passivo corrente)	1,41	1,27	14,10	11,77	5,01	5,43
Autonomia financeira (Capital próprio/Ativo total líquido)	34,79%	29,29%	76,61%	74,59%	84,62%	86,11%
Solvabilidade (Capital próprio/Passivo total)	53,35%	41,41%	327,44%	293,60%	550,01%	619,69%

Fonte: OPERPDL, OPERTERCEIRA, OPERTRI

Tabela 70: Balanços dos Operadores Portuários

Unidade: euro

Descrição	OPERPDL		OPERTERCEIRA		OPERTRI	
	2017	%	2017	%	2017	%
Ativo						
Ativo não corrente	148.675	10,1%	126.980	5,2%	178.883	22,9%
Ativos fixos tangíveis	93.514	6,4%	58.719	2,4%	178.735	22,9%
Ativos intangíveis	1.008	0,1%	0	0,0%	0	0,0%
Outros investimentos financeiros	268	0,0%	480	0,0%	148	0,0%
Ativos por impostos diferidos	53.885	3,7%	67.780	2,8%	0	0,0%
Ativo corrente	1.316.463	89,9%	2.292.276	94,8%	602.052	77,1%
Clientes	932.867	63,7%	451.850	18,7%	220.591	28,2%
Estado e outros entes públicos	41.348	2,8%	23.951	1,0%	42.890	5,5%
Outros créditos a receber	9.871	0,7%	8.592	0,4%	0	0,0%
Diferimentos	24.520	1,7%	3.276	0,1%	346	0,0%
Outros ativos financeiros	0	0,0%	225.044	9,3%	0	0,0%
Caixa e depósitos bancários	307.857	21,0%	1.579.562	65,3%	338.225	43,3%
Total do ativo	1.465.137	100,0%	2.419.256	100,0%	780.935	100,0%
Capital próprio						
Capital subscrito	250.000	17,1%	124.699	5,2%	125.000	16,0%
Reservas legais	50.000	3,4%	30.230	1,2%	31.300	4,0%
Outras reservas	530.673	36,2%	1.055.248	43,6%	457.915	58,6%
Resultados transitados	(440.371)	-30,1%	413.887	17,1%	0	0,0%
Resultado líquido do período	119.408	8,1%	229.207	9,5%	46.578	6,0%
Total do capital próprio	509.710	34,8%	1.853.272	76,6%	660.793	84,6%
Passivo						
Passivo não corrente	18.562	1,3%	403.453	16,7%	0	0,0%
Provisões	0	0,0%	403.453	16,7%	0	0,0%
Financiamentos obtidos	18.562	1,3%	0	0,0%	0	0,0%
Passivo corrente	936.866	63,9%	162.551	6,7%	120.142	15,4%
Fornecedores	275.037	18,8%	42.200	1,7%	2.624	0,3%
Estado e outros entes públicos	53.599	3,7%	25.051	1,0%	52.492	6,7%
Financiamentos obtidos	73.574	5,0%	0	0,0%	0	0,0%
Outras dívidas a pagar	534.656	36,5%	95.280	3,9%	65.026	8,3%
Total do passivo	955.427	65,2%	565.984	23,4%	120.142	15,4%
Total do capital próprio e do passivo	1.465.137	100,0%	2.419.256	100,0%	780.935	100,0%

Fonte: OPERPDL, OPERTERCEIRA, OPERTRI



9. Perspetivas futuras

A evolução previsível para os próximos anos, de acordo com o FMI é a de que o crescimento registado em 2017 a nível global persista por mais algum tempo. As economias mais desenvolvidas continuarão a crescer a um ritmo superior ao das suas taxas de crescimento potencial em 2018 e 2019, desacelerando posteriormente. Já no que respeita aos mercados emergentes, o crescimento também aumentará antes de estabilizar.

Quanto a Portugal, o *World Economic Outlook* da primavera, apresenta-se como otimista, apontando para taxas de crescimento do PIB de 2,4 por cento este ano de 2018 e 1,8 por cento no próximo, acima das previsões do governo nacional. Relativamente ao desemprego, o FMI estima que desça para 7,6 por cento em 2018 e fique abaixo dos sete por cento já em 2019. Em contrapartida, as previsões apontam para uma deterioração do saldo da balança corrente, com um excedente de 0,2 por cento do PIB em 2018 e um défice de 0,1 por cento em 2019. Relativamente à taxa de inflação, permanecerá a um nível estável de 1,6 por cento para os dois anos considerados.

Sob este enquadramento macroeconómico genericamente favorável, o quadro previsto para a atividade da empresa ao longo dos próximos anos apresenta uma estreita ligação com um conjunto de orientações por parte do acionista, sendo de destacar as *Orientações de Médio Prazo 2017-2020*, aprovadas em Conselho de Governo de 13 de fevereiro de 2017. Neste quadro, e no que respeita especificamente à área de transportes marítimos, a proposta em apreço define o aprofundamento do modelo existente, numa perspetiva de optimização e de redução de custos diretos e indiretos para uma maior competitividade da economia açoriana, e assegura a continuidade do fornecimento do serviço de transporte de passageiros e viaturas na Região, com obrigações de serviços público.

Quanto às infraestruturas portuárias, propõe-se o desenvolvimento de um conjunto de empreitadas para reforço da segurança e eficiência operacional. A nível da integração nas redes de transporte marítimo internacionais, é proposta a integração do porto da Praia da Vitória na rede transeuropeia de transporte como ponto de abastecimento de GNL e potenciar o papel desse porto no transporte de carga entre os continentes europeu e norte-americano.

No que respeita a investimentos diretamente da responsabilidade da Portos dos Açores, cuja predominância incide em intervenções a nível das infraestruturas portuárias, o *Plano de Investimentos 2018-2020*, aprovado em Assembleia Geral da empresa, mantém os principais desafios que se colocam à mesma, expressos no preâmbulo do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A, de 22 de agosto, que aprovou os estatutos da empresa e que se sintetizam nas seguintes linhas orientadoras:





-  Autonomia operacional de cada porto;
-  Uniformização de sistemas de gestão, com aplicação mais eficiente de recursos;
-  Redução de custos fixos de funcionamento;
-  Racionalização organizativa e financeira.

Tabela 71: Demonstração de resultados dos Operadores Portuários

Unidade: euro

Descrição	OPERPDL		OPERTERCEIRA		OPERTRI		Var.%
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	
Vendas e serviços prestados	3.890.587	3.808.721	1.734.675	1.849.039	937.532	935.628	0,20%
Subsídios à exploração	0	0	1.007	848	0	0	-%
Fornecimentos e serviços externos	(1.695.747)	(1.690.239)	(773.999)	(858.684)	(160.906)	(53.493)	200,80%
Gastos com o pessoal	(1.956.725)	(1.998.653)	(712.749)	(633.266)	(716.833)	(748.799)	-4,27%
Imparidades de dívidas a receber	0	0	0	0	0	0	-%
Provisões (aumentos/reduções)	0	0	0	(125.000)	0	0	-%
Aumentos/reduções de justo valor	0	0	6.044	0	0	0	-%
Outros rendimentos	165	1.250	53.230	58.059	3.193	3.589	-11,04%
Outros gastos	(45.639)	(58.711)	(243)	(473)	(1.499)	(1.778)	-15,71%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	192.642	62.368	307.965	290.522	61.487	135.147	-54,50%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(37.868)	(31.239)	(28.870)	(28.715)	(3.975)	(3.747)	6,08%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	154.774	31.129	279.094	261.808	57.512	131.400	-56,23%
Juros e rendimentos similares obtidos	1.672	1.688	0	0	75	947	-92,05%
Juros e rendimentos similares suportados	(864)	(893)	0	0	0	0	-%
Resultado antes de impostos	155.582	31.925	279.094	261.808	57.587	132.347	-56,49%
Imposto sobre o rendimento do período	(36.174)	61.342	(49.887)	(69.040)	(11.010)	(8.768)	26%
Resultado líquido do período	119.408	93.266	229.207	192.768	46.578	123.579	-62,31%

Fonte: OPERPDL, OPERTERCEIRA, OPERTRI



O desígnio de tais desafios é o de tornar os portos açorianos mais atrativos, garantindo a sua sustentabilidade e a qualidade e diversidade dos serviços prestados, em consonância com o estabelecido também nas *Orientações de Médio Prazo 2017-2020*.

Neste contexto, encontram-se previstos para o triénio 2018-2020 um montante de investimento global da ordem dos 145,9 milhões de euros, espelhando este valor o contínuo esforço que vem sendo realizado pela empresa nos últimos anos na melhoria de acessibilidades, sobretudo em termos de infraestruturas portuárias. Em termos de financiamento, prevê-se que o plano de investimentos seja financiado em 92,6 milhões de euros por Programas Comunitários e em 36,1 milhões pelo Orçamento da Região Autónoma dos Açores, através da celebração de Contratos Programa. O valor remanescente será obtido através de capitais próprios e empréstimos bancários.

Quatro projetos concentrarão mais de metade desse volume de investimento. Tratam-se dos investimentos associados a:

- Ⓢ Reperfilamento do cais -10 ZH) do porto de Ponta Delgada, com repavimentação do terraplano portuário e beneficiação das redes técnicas, bem como dragagens da bacia portuária, com um volume de investimento previsto de 27.447,72 milhares de euros;
- Ⓢ Novo terminal de passageiros do porto de São Roque do Pico, com um total de investimento previsto de 20,5 milhões de euros;
- Ⓢ Construção de rampa Ro-Ro e trabalhos complementares no porto de Pipas (Angra do Heroísmo), com um volume previsto de investimento de 16.976 milhares de euros;
- Ⓢ Requalificação do porto da Horta, num investimento de 14.700 milhares de euros.

Para o ano de 2018, o total de investimento ultrapassará os 40 milhões de euros, sendo o principal investimento relativo à reparação dos danos causados pelo temporal de 27 e 28 de fevereiro de 2017 no molhe cais do porto da Madalena, ilha do Pico, com um montante de 4,5 milhões de euros. Dar-se-á também início aos trabalhos no porto de Pipas, que se prolongarão durante a vigência do referido Plano e Orçamento 2018-2020.

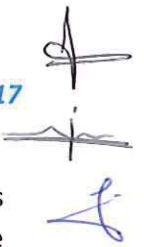
Ainda outro aspeto a destacar em termos da atuação futura da Portos dos Açores prende-se com a reforma do setor público empresarial detido direta ou indirectamente pela Região Autónoma dos Açores, reforma esta anunciada em março de 2018. Relativamente às participações da Portos dos Açores em diversas empresas e associações, o Governo Regional deliberou dar orientações no sentido de:

- Ⓢ Alienação da participação da totalidade do capital da Naval Canal;
- Ⓢ Cedência da quota de 25 por cento que a Portos dos Açores detém na AGESPI – Associação de Gestão do Parque Industrial da Terceira;
- Ⓢ Extinção da participação da Portos dos Açores na Associação Portas do Mar.

Conforme já referido em idêntico capítulo do Relatório e Contas de 2016, a Portos dos Açores confronta-se com a necessidade de preparar a sua sustentabilidade futura. Foi com esta perspetiva que o Conselho de Administração definiu, ainda em 2016, um conjunto de medidas prioritárias:

Ⓢ **A nível operacional:**

- Ⓢ A prática de aumentos consistentes no tempo das tarifas praticadas pelos serviços prestados nas diversas infraestruturas. Tais tarifas mantêm-se inalteradas desde o



ano de 2009, com visíveis efeitos negativos resultantes do desajustamento dos respetivos valores face aos custos envolvidos na prestação dos serviços. No início de 2017 foram já encetados os trabalhos conducentes à apresentação de propostas para alteração dos diversos regulamentos de tarifas;

⌘ A implementação de uma política de racionalização de atividades, com medidas a nível de:

⌘ Rentabilização da capacidade instalada das diversas infraestruturas da empresa, com destaque para a área dominial;

⌘ Rentabilização dos novos investimentos desenvolvidos pela empresa, tendo por referência o conteúdo de estudos de viabilidade;

⌘ Racionalização dos gastos correntes e com objetivos de maior eficiência e eficácia, alargada a toda a estrutura da empresa;

⌘ Reequacionamento do tipo de gestão a adotar face a alguns ativos da empresa, através de:

⌘ A implementação de uma política de concessões, a estudar caso a caso e a desenvolver de forma escalonada no tempo;

⌘ A obtenção de compensações financeiras pela realização de determinadas atividades consideradas acessórias em termos de objeto social da Portos dos Açores e que a mesma assume atualmente sem as devidas contrapartidas.

⌘ A nível financeiro:

⌘ A prossecução do esforço desenvolvido já durante o exercício de 2016 no âmbito de uma nova política de cobranças, materializado através da concretização de acordos de pagamento com um conjunto de clientes com dívidas com maturidades mais elevadas, e cujos efeitos são já perceptíveis, bem como o incremento de execuções contenciosas;

⌘ A prossecução da política de financiamento dos principais investimentos com a garantia de financiamento integral de tais investimentos, através de recurso a fundos comunitários e contratos programa que cubram a totalidade do valor dos investimentos;

⌘ A necessidade de garantia de acesso ao crédito em condições de financiamento mais favoráveis.

Neste âmbito foram já decididas para implementação, ao longo de 2018 e anos seguintes, algumas medidas conducentes à prossecução da referida sustentabilidade futura da empresa, sendo de destacar as seguintes:

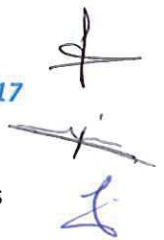
⌘ Aumento extraordinário da generalidade das tarifas praticadas pela Portos dos Açores, a ser realizado ainda ao longo do primeiro semestre de 2018;

⌘ Alteração do regime de atualização de tarifas, de modo que o mesmo passe a ser automático a partir do ano de 2019, em face da taxa de inflação observada no ano anterior;

⌘ Lançamento de concurso para exploração do complexo "Portas do Mar", incluindo o Pavilhão do Mar;

⌘ Promoção de estudo conducente à reavaliação de contratos;

⌘ Estudo coordenado com a Tutela sectorial a respeito da operação da Atlânticoline, de modo a poder atingir-se uma redução de gastos suportada pela Portos dos Açores;



- ⌘ Revisão do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2011/A, de 22 de agosto, que aprova os estatutos da empresa, no sentido da inclusão de alterações referentes a:
 - ⌘ Correção da área de jurisdição da Portos dos Açores;
 - ⌘ Enquadramento para a isenção do Imposto Municipal de Imóveis (IMI) relativamente a imóveis no interior da área de jurisdição da Portos dos Açores;
 - ⌘ Revisão ou extinção do cargo de Diretor-Geral;
 - ⌘ Reestruturação da orgânica da empresa.

Este vasto conjunto de elementos permitirá traçar uma perspetiva moderadamente mais otimista do que em anos transactos quanto à evolução da atividade da empresa em 2018 e anos seguintes.

10. Proposta de aplicação de resultados

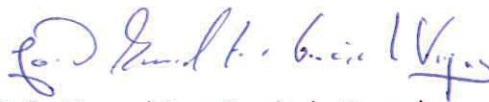
O Conselho de Administração da PA, considerando o disposto no artigo 20.º dos estatutos da sociedade, propõe que o Resultado líquido apurado, no montante negativo de 7.463.949,12 euros, seja levado a Resultados transitados.

Horta, 19 de abril de 2018

O Conselho de Administração



(Fernando Manuel de Saldanha Matos do Nascimento)



(João Manuel Enes Garcia de Vargas)



(Pedro Miguel Rodrigues da Silva)



CAPÍTULO II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS INDIVIDUAIS

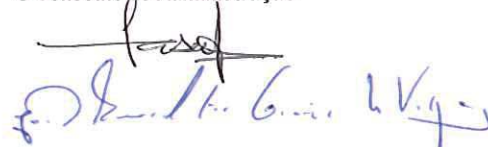
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO 2017 E 2016

	NOTAS	31-12-2017	31-12-2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	297.698.623,54	282.603.877,91
Ativos intangíveis	8	46.508,52	83.979,37
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	9	15.235.017,97	17.929.281,24
Outros investimentos financeiros	9	146.290,35	143.206,17
Créditos a receber	12	29.256.415,46	4.493.806,94
Ativos por impostos diferidos	10	58.176,44	66.472,09
		<u>342.441.032,28</u>	<u>305.320.623,72</u>
Ativo corrente			
Inventários	11	35.547,95	29.584,39
Clientes	6 e 12	6.760.107,04	8.147.646,07
Estado e outros entes públicos	13	156.589,16	256.848,78
Outros créditos a receber	12	21.262.628,87	11.464.225,68
Diferimentos	14	713.484,52	664.419,67
Caixa e depósitos bancários	4	808.101,96	1.529.304,62
		<u>29.736.459,50</u>	<u>22.092.029,21</u>
Total do ativo		<u>372.177.491,78</u>	<u>327.412.652,93</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	6 e 15	40.238.700,00	40.238.700,00
Reservas legais	16	204.200,00	204.200,00
Outras reservas	16	21.403,15	21.403,15
Resultados transitados	16	(23.903.223,50)	(19.701.201,59)
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	16	233.702.938,00	194.977.350,52
		<u>250.264.017,65</u>	<u>215.740.452,08</u>
Resultado líquido do período		(7.463.949,12)	(3.399.716,38)
Total do capital próprio		<u>242.800.068,53</u>	<u>212.340.735,70</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	17	317.903,98	363.235,42
Estado e outros entes públicos	13	124.500,34	256.542,04
Financiamentos obtidos	18	53.497.816,52	53.531.841,24
Outras dívidas a pagar	19	49.968.505,09	41.365.252,41
		<u>103.908.725,93</u>	<u>95.516.871,11</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	19	2.989.964,69	2.174.918,49
Estado e outros entes públicos	13	595.434,38	609.749,28
Financiamentos obtidos	18	8.906.867,31	8.095.713,59
Outras dívidas a pagar	19	12.930.485,59	8.618.125,48
Diferimentos	14	45.945,35	56.539,28
		<u>25.468.697,32</u>	<u>19.555.046,12</u>
Total do passivo		<u>129.377.423,25</u>	<u>115.071.917,23</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>372.177.491,78</u>	<u>327.412.652,93</u>

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



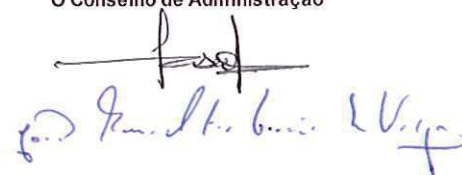
**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2017	2016
Vendas e serviços prestados	20	19.552.788,48	20.083.414,98
Subsídios à exploração	21	36.858,85	50.990,88
Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	(2.183.488,08)	827.305,53
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(648.299,72)	(467.342,92)
Fornecimentos e serviços externos	22	(7.117.148,63)	(6.808.121,72)
Gastos com o pessoal	23	(12.376.757,49)	(11.806.320,19)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	(426.924,86)	(286.338,86)
Provisões (aumentos/reduções)	17	17.682,24	(15.152,55)
Outros rendimentos	24	5.292.612,76	5.245.394,43
Outros gastos	25	(283.746,18)	(465.557,02)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		<u>1.863.577,37</u>	<u>6.358.272,56</u>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	(7.218.702,21)	(7.344.654,64)
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>(5.355.124,84)</u>	<u>(986.382,08)</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	26	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	26	(2.083.853,26)	(2.393.750,03)
Resultado antes de impostos		<u>(7.438.978,10)</u>	<u>(3.380.132,11)</u>
Imposto sobre o rendimento do período	13	(24.971,02)	(19.584,27)
Resultado líquido do período		<u><u>(7.463.949,12)</u></u>	<u><u>(3.399.716,38)</u></u>

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração




PORTOS DOS AÇORES, SA
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016

DESCRICÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Resultado líquido do período	Total
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Ajustamento / outras variações no capital próprio		
Saldo em 1 de janeiro de 2016		40.238.700,00	204.200,00	21.403,15	(13.989.325,75)	9.681.908,87	170.565.277,49	(4.516.017,74)	202.206.146,02
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Aplicação dos resultados de 2015		-	-	-	(4.516.017,74)	-	-	-	4.516.017,74
Resultados não atribuídos das participadas		-	-	-	(1.195.858,10)	1.195.858,10	-	-	-
Ajustamentos em subsídios por impostos		-	-	-	-	(439.775,55)	17.104.139,06	-	-3.130.057,45
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	(5.711.875,84)	756.082,55	13.974,082	-	16.664,364
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								4.516.017,74	13.534.306,06
RESULTADO INTEGRAL								(3.399,716,38)	(3.399,716,38)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		40.238.700,00	204.200,00	21.403,15	(19.701.201,59)	10.437.991,42	184.539.359,10	(3.399,716,38)	212.340.735,70
Saldo em 1 de janeiro de 2017		40.238.700,00	204.200,00	21.403,15	(19.701.201,59)	10.437.991,42	184.539.359,10	(3.399,716,38)	212.340.735,70
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Aplicação dos resultados de 2016		-	-	-	(3.399,716,38)	-	-	-	3.399,716,38
Resultados não atribuídos das participadas		-	-	-	(802.305,53)	802.305,53	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	(485.775,19)	47.012.309,82	-	(8.603.252,66)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	(4.202,021,91)	316.530,34	38.409,057,14	-	46.526,535
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO								3.399,716,38	37.923.281,95
RESULTADO INTEGRAL								(7.463,949,12)	(7.463,949,12)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	16	40.238.700,00	204.200,00	21.403,15	(23.903.223,50)	10.754.521,76	222.948.416,24	(7.463,949,12)	242.800.068,53

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



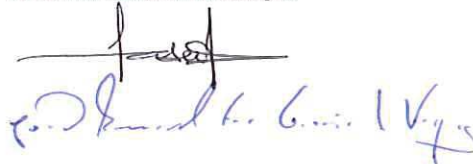
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

	NOTAS	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		21.839.356,88	19.913.241,22
Pagamentos a fornecedores		(8.550.580,36)	(8.463.607,27)
Pagamentos ao pessoal		(12.348.392,09)	(11.821.938,56)
Caixa gerada pelas operações		940.384)	(372.304,61)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(11.724,33)	(14.659,21)
Outros recebimentos/(pagamentos)		1.819,36	(696.015,91)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		930.479)	(1.082.979,73)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis e intangíveis		(18.276.633,74)	(8.622.507,54)
Investimentos financeiros		-	-
Recebimentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		1.328,17	-
Investimentos financeiros		25.000,00	20.000,00
Subsídios ao investimento		17.755.211,36	6.433.074,40
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(495.094,21)	(2.169.433,14)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		9.763.000,00	20.823.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(8.970.125,51)	(15.148.058,50)
Juros e gastos similares		(1.950.276,05)	(1.833.588,77)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		(1.157.401,56)	3.841.352,73
Varição de caixa e seus equivalentes		(722.016,31)	588.939,86
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.529.304,62	940.364,76
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	807.288,31	1.529.304,62

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



CAPÍTULO III – NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – CONTAS INDIVIDUAIS



Anexo às demonstrações financeiras

Exercício de 2017 e 2016

1. Introdução

A PORTOS DOS AÇORES, S.A., com sede na Avenida Gago Coutinho e Sacadura Cabral, nº7, 9900-062 Horta, que tem como acionista única a Região Autónoma dos Açores, assume a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos com um capital social de 40.238.700 euros, dividido em 402.387 ações, com um valor nominal de 100 euros cada, e tem por objeto social a administração dos portos comerciais da Região Autónoma dos Açores visando a sua exploração, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a estar cometidas, sendo que nos portos com funções exclusivas de apoio às pescas essa autoridade esta atribuída a outra entidade.

Nos termos do Decreto Legislativo Regional nº 24/2011/A, o património da PORTOS DOS AÇORES, é constituído pela universalidade de bens e direitos mobiliários e imobiliários que à data da entrada em vigor deste diploma se considerem integrados na esfera patrimonial das sociedades incorporadas por fusão, incluindo bens imóveis adquiridos ou edificados e, bem assim, aqueles que, por título bastante, tenham revertido a seu favor ou lhe tenham sido definitivamente cedidos, mesmo que identificados ou inscritos no domínio da Região ou omissos, quer na matriz quer nos registos prediais. O património dessas empresas incorporadas foi objeto de avaliação durante o ano de 2004. Para efeitos da integração nas demonstrações financeiras dessas empresas extintas não se considerou os bens que se encontram ainda afetos ao domínio público regional sob jurisdição portuária, tendo sido os restantes ativos fixos tangíveis registados nas demonstrações financeiras em referência a 1 de setembro de 2003 pelo montante líquido de 27.588.600 euros que foi utilizado em 2005 na alteração do capital social da PORTOS DOS AÇORES.

A PORTOS DOS AÇORES rege-se pelo seu Estatuto, pelo decreto legislativo regional acima referido, pelas normas reguladoras das sociedades gestoras de participações sociais e das empresas públicas e por disposições do Governo Regional relacionadas com o sistema portuário regional e com a própria empresa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis com os do período anterior.

As demonstrações financeiras dos PORTOS DOS AÇORES, do período de 2017, contemplam as alterações introduzidas pelo Decreto de Lei n.º 98/2015, de 2 de julho.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são a seguir descritas e, salvo indicação contrária, foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

(a) Bases de apresentação e de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com as NCRF em vigor à data da sua elaboração. As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário. As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e as resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidas na demonstração dos resultados.

(b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão mostrados ao custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade, com exceção dos ativos das empresas incorporadas no processo de fusão que foram objeto de uma avaliação em referência a 1 de Setembro de 2003, deduzidas das depreciações acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, pelo método das quotas constantes, a taxas estudadas de forma a depreciarem o valor contabilístico dos ativos durante a sua vida útil esperada.

As taxas de depreciações correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	10 a 100
Equipamento básico	2 a 12
Equipamento de transporte	2 a 6
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 20

Os terrenos não são depreciados.



Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil ou a capacidade dos ativos gerarem benefícios económicos, são capitalizados no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

(c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis referem-se a direitos de utilização de software e outros ativos intangíveis, mensurados ao custo deduzido das amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis são amortizados, numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante um período de três anos.

Os ativos intangíveis da PORTOS DOS AÇORES só são reconhecidos quando satisfazem as condições de identificabilidade, controlo sobre um recurso e benefício económico futuro.

(d) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da PORTOS DOS AÇORES são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável dos respetivos ativos.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este determinado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

(e) Participações financeiras

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que PORTOS DOS AÇORES exerce o controlo são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As participações financeiras em empresas associadas são também mensuradas pelo método de equivalência patrimonial. Na aplicação do método de equivalência patrimonial, as partes de capital das empresas associadas foram corrigidas para o valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais

próprios dessas empresas, desde a data em que a PORTOS DOS AÇORES adquira a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional, presumindo-se esta situação quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada.

As demonstrações financeiras incluem a parte atribuível à PORTOS DOS AÇORES do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos das empresas do grupo contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial, através do qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado em função das alterações verificadas, após a aquisição, que deverão ser diretamente registadas na rubrica Ajustamentos em ativos financeiros quando decorrem de variações de capitais próprios. Adicionalmente, os dividendos recebidos são registados como uma diminuição do valor do investimento financeiro.

Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico das empresas do grupo, a quantia escriturada é reduzida a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que a PORTOS DOS AÇORES incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas.

Os financiamentos concedidos são mostrados pelo seu valor nominal, ou valor estimado de realização quando mais baixo. As perdas estimadas na realização de financiamentos concedidos a empresas de grupo são registadas na rubrica de Perdas por imparidades acumuladas.

As mais ou menos valias resultantes da alienação das participações financeiras são reconhecidas como resultados do exercício em que ocorrem.

(f) Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

(g) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros, que são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a PORTOS DOS AÇORES se torna parte das correspondentes disposições contratuais, estão mensurados ao custo amortizado, em cada data de relato, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

(h) Imparidade de ativos financeiros

As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

(i) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A PORTOS DOS AÇORES desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A PORTOS DOS AÇORES desreconhece passivos financeiros quando obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

(j) Clientes e outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao valor nominal, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.

(k) Outras dívidas a pagar

As outras dívidas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor e são subsequentemente apresentadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

As outras contas a pagar são classificadas no passivo corrente, exceto se a liquidação for diferida, pelo menos, 12 meses após o Balanço.

(l) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado.

Os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do financiamento obtido são incluídos no justo valor.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente ou não corrente dependentemente de existir o direito de diferir o pagamento por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro.



Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam, exceto quando diretamente relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis que são capitalizados até à data em que esses ativos ficam disponíveis para a utilização.

(m) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

(n) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria a curto prazo (3 meses) que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco não significativo de alterações de valor e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

(o) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes são divulgados quando é provável a existência de benefícios económicos futuros.

Os passivos contingentes são divulgados no anexo, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos, e são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

(p) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e



(iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

(q) Capital social subscrito

O capital social apresentado corresponde ao capital subscrito que está totalmente realizado à data do relato financeiro.

(r) Subsídios e apoios das entidades públicas

As participações financeiras atribuídas pelo Estado Português, pelo Governo Regional e pela União Europeia ou organismos semelhantes, a fundo perdido, a projetos de investimento apresentados pela PORTOS DOS AÇORES são reconhecidos pelo seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que serão cumpridas todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis são registados inicialmente em capital próprio, quando seja expectável que todas as condições para a sua atribuição sejam cumpridas, e subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios reembolsáveis são reconhecidos como um passivo, na rubrica de financiamentos obtidos.

Os subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

(s) Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da PORTOS DOS AÇORES. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. A PORTOS DOS AÇORES reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável e, seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros, sendo reconhecidos na data da prestação dos serviços.

(t) Especialização de gastos e rendimentos

A PORTOS DOS AÇORES regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e diferimentos.

(u) Benefícios dos empregados

Na base da legislação em vigor, a PORTOS DOS AÇORES tem a responsabilidade de pagar aos trabalhadores oriundos das extintas juntas, que se encontram inscritos na Caixa Geral de Aposentações,

as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Esta responsabilidade foi transferida para uma Companhia de Seguros que, a partir de 1 de janeiro de 2005, assume integralmente todos estes encargos.

(v) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes e os impostos diferidos, que compreendem o imposto sobre o rendimento, são registados em resultados ou em capitais próprios quando associados a transações registadas diretamente no capital próprio.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

(w) Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeiras e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

As principais estimativas contabilísticas e juízos de valor que podem originar correções materiais no valor contabilístico dos ativos e passivos nos períodos subsequentes poderão ter origem (i) na determinação do momento de realização dos saldos de clientes e das contas a receber relacionadas com financiamentos dos investimentos, bem como do risco crédito associado e da aceitação das despesas elegíveis; (ii) na estimativa da vida útil dos ativos fixos tangíveis e do seu valor residual e na integração nas demonstrações



financeiras dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração e, também na determinação das eventuais perdas de imparidade a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período; (iii) na quantificação da provisão para pensões de reforma que não foi baseado em qualquer estudo atuarial; e (iv) nos eventuais ajustamentos que poderão emergir da negociação dos passivos financeiros em situação de não cumprimento contratual.

(x) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

4. Fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de caixa e depósitos bancários inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, e detalha-se como segue:

	2017	2016
Caixa	38.246	8.297
Depósitos à ordem	769.856	1.521.008
	808.102	1.529.305
Descobertos bancários	(814)	-
	<u>807.288</u>	<u>1.529.305</u>

Em 31 de dezembro de 2017 existia um descoberto bancário no montante de 814 euros que está apresentado na rubrica de Financiamentos obtidos, sendo o valor de 807.288 considerado para efeitos de Fluxos de caixa.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Durante o ano de 2017, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2016, apresentada para efeitos comparativos, nem foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

6. Partes relacionadas

- (i) Divulgação da empresa mãe



O capital social da PORTOS DOS AÇORES é de 40.238.700 euros, representado por 402.387 ações nominativas com valor nominal de 100 euros, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário e em espécie. As ações representativas do capital social subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Região Autónoma dos Açores.

(ii) Remunerações do pessoal chave da gestão

Os membros do Conselho de Administração da PORTOS DOS AÇORES foram considerados como sendo os únicos elementos "chave" da gestão da empresa.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as remunerações auferidas pelos mesmos são conforme segue:

	2017	2016
Remunerações	199 048	194 317

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as remunerações auferidas pelo Conselho Fiscal foram os seguintes:

	2017	2016
Remunerações	9 968	-

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas foram da seguinte forma:

	2017	2016
Serviços de auditoria	11 450	11 450
Outros serviços	1 500	-
	<u>12 950</u>	<u>11 450</u>

(iii) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

	Capital detido (%)
Empresas subsidiárias	
NAVAL CANAL, LDA.	100
ATLÂNTICOLINE, S.A.	83,97
Empresas associadas	
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	25
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20
Associação Portas do Mar	20



(iv) Transações entre partes relacionadas e saldos pendentes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a PORTOS DOS AÇORES apresentavam os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2017	2016
Cientes e outras contas a receber		
Empresas subsidiárias		
ATLÂNTICOLINE, S.A.	645.672	735.997
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	331	331
Empresas associadas		
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	302.401	468.249
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	40.279	36.047
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	43	-
Associação Portas do Mar	310.025	303.313
	<u>1.298.751</u>	<u>1.543.936</u>
Fornecedores e outras contas a pagar		
Empresas subsidiárias		
NAVAL CANAL, LDA.	3.630	374
Empresas associadas		
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	42.851	67.627
	<u>46.481</u>	<u>68.000</u>
Empréstimos concedidos		
Empresas subsidiárias		
NAVAL CANAL, LDA.	118.000	118.000
	<u>118.000</u>	<u>118.000</u>

As transações ocorridas durante o ano com as partes relacionadas podem ser assim resumidas:

	2017	2016
Serviços prestados		
ATLÂNTICOLINE, S.A.	604 910	738 730
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	-	-
Associação Portas do Mar	15 930	24 680
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	612 573	729 499
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	1 634 837	1 617 945
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	241	223
	<u>2 868 491</u>	<u>3 111 077</u>
Compras de produtos e serviços		
ATLÂNTICOLINE, S.A.	10 410	789
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	277 821	266 268
NAVAL CANAL – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	20 714	12 389
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	40 518	23 902
	<u>349 463</u>	<u>303 347</u>


7. Ativos fixos tangíveis

Durante os anos de 2017 e 2016, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

31 de dezembro de 2017					
	Saldo inicial	Aquisições Dotações	Transferências	Abates/ Alienações	Saldo final
Custo:					
Terrenos e recursos naturais	18 078 372	-	-	-	18 078 372
Edifícios e outras construções	300 098 012	-	147 807	(39 490)	300 206 329
Equipamento básico	29 122 785	72 548	295 994	(56 251)	29 435 076
Equipamento de transporte	662 262	44 872	-	(8 978)	698 156
Equipamento administrativo	2 532 212	27 463	-	-	2 559 674
Outros ativos fixos tangíveis	1 144 634	77 141	-	-	1 221 775
Investimentos em curso	14 179 272	22 108 941	(470 251)	-	35 817 962
	<u>365 817 548</u>	<u>22 330 964</u>	<u>(26 451)</u>	<u>(104 719)</u>	<u>388 017 343</u>
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	55 871 586	5 804 909	-	-	61 676 495
Equipamento básico	23 214 120	1 227 798	-	(56 251)	24 385 667
Equipamento de transporte	639 341	11 685	-	(8 978)	642 047
Equipamento administrativo	2 498 404	40 550	-	-	2 538 953
Outros ativos fixos tangíveis	990 220	85 337	-	-	1 075 557
	<u>83 213 670</u>	<u>7 170 278</u>	<u>-</u>	<u>(65 229)</u>	<u>90 318 719</u>
Valor líquido	<u>282 603 878</u>				<u>297 698 624</u>

31 de dezembro de 2016					
	Saldo inicial	Aquisições Dotações	Transferências	Abates/ Alienações	Saldo final
Custo:					
Terrenos e recursos naturais	18 078 372	-	-	-	18 078 372
Edifícios e outras construções	298 784 279	2 109	1 311 624	-	300 098 012
Equipamento básico	29 038 319	55 502	31 179	(2 216)	29 122 785
Equipamento de transporte	668 262	-	-	(6 000)	662 262
Equipamento administrativo	2 522 583	9 755	-	(127)	2 532 212
Outros ativos fixos tangíveis	1 056 827	87 807	-	-	1 144 634
Investimentos em curso	4 276 983	11 280 043	(1 377 754)	-	14 179 272
	<u>354 425 624</u>	<u>11 435 218</u>	<u>(34 952)</u>	<u>(8 343)</u>	<u>365 817 548</u>
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	50 119 989	5 751 597	-	-	55 871 586
Equipamento básico	21 823 357	1 392 978	-	(2 216)	23 214 120
Equipamento de transporte	634 046	11 294	-	(6 000)	639 341
Equipamento administrativo	2 459 845	38 685	-	(127)	2 498 404
Outros ativos fixos tangíveis	918 620	71 600	-	-	990 220
	<u>75 955 858</u>	<u>7 266 155</u>	<u>-</u>	<u>(8 343)</u>	<u>83 213 670</u>
Valor líquido	<u>278 469 767</u>				<u>282 603 878</u>

Em conformidade com o previsto na legislação que regulamentou a sua constituição, os ativos transmitidos às sociedades incorporadas por fusão foram avaliados entre 343 milhões de euros e 396 milhões de euros e eram



compostos por bens próprios e por bens que integram o domínio público regional sob a jurisdição da administração portuária. Para efeitos da integração dos referidos bens nas demonstrações financeiras dessas sociedades não se considerou os bens que se encontravam ainda afetos ao domínio público regional sob jurisdição portuária.

Investimentos em curso

O movimento ocorrido durante o ano nesta rubrica é assim resumido:

	2017	2016
Saldo em 1 de janeiro	14 179 272	4 276 983
Investimento direto	22 108 941	11 280 043
	36 288 213	15 557 026
Menos:		
Transferência para ativos fixos tangíveis	(443 800)	(1 342 802)
Transferência para gastos do período	(26 451)	(34 952)
Saldo em 31 de dezembro	35 817 962	14 179 272

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o custo acumulado dos Investimentos em curso compreende:

	2017	2016
Ampliação Cais Comercial Velas	16 260 642	10 556 456
Reforço do Manto de Proteção do Molhe principal do porto de Ponta Delgada	6 037 157	80 686
Prologamento molhe e alargamento plataforma porto Casa Corvo	5 554 609	1 349 599
Melhoramento Porto Poças Santa Cruz Flores	4 775 300	452 986
Novo terminal passageiros de São Roque do Pico	368 690	290 000
Reperfil e ampl Cais 10 e Parq Cont	302 716	241 844
Requalificação porto com. HOR	260 205	237 281
Ordenamento do Porto de SRPico	183 435	183 435
Const. Recreio Náutico Madalena	101 475	101 475
Outros	1 973 733	685 511
	35 817 962	14 179 273

8. Ativos intangíveis

O movimento ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi o seguinte:



31 de dezembro de 2017

	Saldo inicial	Aquisições /Dotações	Transferências /Anulações	Saldo final
Custo:				
Programas de computador	137 708	10 953	-	148 661
Outros ativos intangíveis	127 691	-	-	127 691
	<u>265 399</u>	<u>10 953</u>	<u>-</u>	<u>276 352</u>
Amortizações acumuladas				
Programas de computador	135 310	5 865	-	141 175
Outros ativos intangíveis	46 109	42 559	-	88 669
	<u>181 419</u>	<u>48 424</u>	<u>-</u>	<u>229 843</u>
Valor líquido	<u>83 979</u>			<u>46 509</u>

31 de dezembro de 2016

	Saldo inicial	Aquisições /Dotações	Transferências /Anulações	Saldo final
Custo:				
Programas de computador	135 911	1 797	-	137 708
Outros ativos intangíveis	127 691	-	-	127 691
	<u>135 911</u>	<u>1 797</u>	<u>-</u>	<u>265 399</u>
Amortizações acumuladas				
Programas de computador	99 370	35 940	-	135 310
Outros ativos intangíveis	3 550	42 559	-	46 109
	<u>99 370</u>	<u>78 499</u>	<u>-</u>	<u>181 419</u>
Valor líquido	<u>36 541</u>			<u>83 979</u>

9. Participações financeiras – método de equivalência patrimonial e outros investimentos financeiros

O movimento ocorrido no ano na rubrica de Participações financeiras registada pelo método de equivalência patrimonial resume-se como se segue:

	2017	2016
Saldo inicial	17 929 281	17 561 751
Dívidenos distribuídos:		
OPERTERCEIRA	(20 000)	(20 000)
OPERTRI	(5 000)	
Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial:		
Variação no capital próprio nas participadas	(485 775)	(439 776)
Resultados do ano das participadas	<u>(2 183 488)</u>	<u>827 306</u>
Saldo final	<u>15 235 018</u>	<u>17 929 281</u>



Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as participações financeiras nas empresas subsidiárias e associadas foram mensuradas nas demonstrações financeiras pelo método da equivalência patrimonial e apresentavam-se do seguinte modo:

31 de dezembro de 2017				
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	Capital detido (%)	Capitais próprios	Resultados do exercício	Valor da participação
Empresas subsidiárias				
NAVAL CANAL, LDA.	100	(62 190)	(1 843)	-
ATLÂNTICOLINE, S.A.	83,97	17 041 953	(2 696 242)	14 310 146
				14 310 146
Empresas associadas				
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	25	1 280 467	6 043	320 117
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20	509 710	119 408	101 942
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20	1 853 272	228 207	370 654
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20	660 793	46 578	132 159
				924 872
				15 235 018

31 de dezembro de 2016				
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	Capital detido (%)	Capitais próprios	Resultados do exercício	Valor da participação
Empresas subsidiárias				
NAVAL CANAL, LDA.	100	(60 347)	(19 130)	-
ATLÂNTICOLINE, S.A.	83,97	20 372 072	884 845	17 106 450
				17 106 450
Empresas associadas				
AGESPI – Associação para a Gestão do Parque Industrial da Ilha Terceira, Lda.	25	1 372 528	9 509	343 132
OPERPDL – Sociedade de Operações Portuárias de Ponta Delgada, Lda.	20	390 301	93 266	78 060
OPERTERCEIRA – Sociedade de Operações Portuárias da Praia da Vitória, Lda.	20	1 368 977	192 768	273 795
OPERTRI – Sociedade de Operações Portuárias, Lda.	20	639 215	123 579	127 843
				822 831
				17 929 281

Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outros investimentos financeiros” apresentava a seguinte decomposição:



	2017	2016
Participações financeiras - método de custo		
Associação Portas do Mar	20 000	20 000
Participações financeiras - método de justo valor		
Fundo de Compensação do Trabalho	8 290	5 206
Empréstimos concedidos a empresas subsidiárias		
Naval Canal - Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.	118 000	118 000
	<u>146 290</u>	<u>143 206</u>

10. Ativos por impostos diferidos

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram foi como segue:

	Em 31 de dezembro de 2017			
	Saldo inicial	Constituição Resultados do ano	Reversão Resultados do ano	Saldo final
Ativos por impostos diferidos				
Provisões não aceites fiscalmente	66 472	-	(8 296)	58 176
	<u>66 472</u>	<u>-</u>	<u>(8 296)</u>	<u>58 176</u>
	Em 31 de dezembro de 2016			
	Saldo inicial	Constituição Resultados do ano	Reversão Resultados do ano	Saldo final
Ativos por impostos diferidos				
Provisões não aceites fiscalmente	68 922	2 773	(5 222)	66 472
Perdas por imparidade de créditos	2 539	-	(2 539)	-
	<u>71 460</u>	<u>2 773</u>	<u>(7 761)</u>	<u>66 472</u>

Não foi reconhecido nas demonstrações financeiras o efeito fiscal emergente dos prejuízos fiscais reportáveis à PORTOS DOS AÇORES, por não existirem expectativas fundamentadas na sua recuperabilidade no período de reporte (Nota 13).

11. Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica Inventários apresentava a seguinte composição:



	2017	2016
Saldo inicial	29 584	23 292
Compras	654 263	473 636
Inventário final	(35 548)	(29 584)
Custo das vendas	<u>648 300</u>	<u>467 343</u>
Inventário final	<u>35 548</u>	<u>29 584</u>
Saldo líquido	<u>35 548</u>	<u>29 584</u>

12. Clientes e Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo desta rubrica resume-se como segue:

	2017		2016	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Cientes				
Partes relacionadas (Nota 6)	1.298.751	-	1.543.936	-
Outros	5.461.356	-	6.603.710	-
Cobrança duvidosa	<u>2.174.311</u>	-	<u>1.829.614</u>	-
	8.934.418	-	9.977.260	-
Perdas por imparidades acumuladas	<u>(2.174.311)</u>	-	<u>(1.829.614)</u>	-
	<u>6.760.107</u>	-	<u>8.147.646</u>	-
Outros créditos a receber				
Acréscimos de rendimentos	22.630	-	69.174	-
Subsídios a receber	20.595.257	29.256.415	10.851.220	4.481.835
IMI	632.574	-	542.631	-
Outros créditos	<u>12.168</u>	-	<u>1.200</u>	<u>11.972</u>
	<u>21.262.629</u>	<u>29.256.415</u>	<u>11.464.226</u>	<u>4.493.807</u>

O saldo devedor da rubrica de Subsídios a receber compreende os montantes atribuídos a investimentos já realizados ou ainda em curso de desenvolvimento de diversos programas comunitários ou regionais, dos quais destacam-se:

	2017	2016
Reordenamento do porto da Horta	92 185	92 185
Prolongamento do molhe-cais do porto das Velas	6 301 143	14 214 776
Const. Rampa RO-RO, Dragagem Calheta, S. Jorge	806 438	806 438
Requalificação de infraestruturas do grupo Ocidental	10 806 590	-
Requalificação do porto de Ponta Delgada	31 661 160	-
Reachstackers	184 157	184 157
Outros	-	35 500
	<u>49 851 672</u>	<u>15 333 056</u>

Em conformidade com as condições contratadas com as entidades financiadoras, PORTOS DOS AÇORES prevê que as verbas do saldo da rubrica de subsídios destinados a financiar o investimento seja recebidas nos seguintes anos:

	2017	2016
2017	-	10 851 220
2018	20 595 257	4 481 835
2019	29 256 415	-
	<u>49 851 672</u>	<u>15 333 056</u>

Regra geral, as participações financeiras relacionadas com os contratos-programa atribuídos pelo Governo Regional para financiar parcialmente determinados investimentos, são apenas reconhecidos na data do seu recebimento, porque existe um preceito restritivo da sua atribuição definitiva, em de um apoio suplementar de outra entidade financiadora.

Na rubrica de Outros créditos a receber estão reconhecidas as liquidações de IMI dos anos de 2010 a 2016 por a Administração entender que os imóveis que estão implantados no domínio público da Região Autónoma dos Açores não reúnem os pressupostos de incidência real deste imposto, tendo impugnado/reclamado da decisão da Autoridade Tributaria, e, por esta razão, os valores liquidados não foram reconhecidos nos resultados de anos anteriores.

O IMI de 2016 que irá ser exigido em 2017 e não reconhecido nas demonstrações financeiras deste período será no montante de 87.602 euros.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as perdas por imparidade acumuladas tiveram os seguintes movimentos:

	Em 31 de dezembro de 2017				
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilizações	Saldo final
Clientes	1 829 614	531 172	(104 247)	(82 228)	2 256 539
	<u>1 829 614</u>	<u>531 172</u>	<u>(104 247)</u>	<u>(82 228)</u>	<u>2 256 539</u>

	Em 31 de dezembro de 2016				
	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilizações	Saldo final
Clientes	1 583 928	405 462,55	(105 252)	(54 524)	1 829 614
Outras contas a receber	13 872	-	(13 872)	-	-
	<u>1 597 800</u>	<u>405 463</u>	<u>(119 124)</u>	<u>(54 524)</u>	<u>1 829 614</u>

O saldo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos não cobertos por imparidades apresentavam a seguinte antiguidade:

Antiguidade de saldos	31/12/2017	31/12/2016
Inferiores a 6 meses	5 081 019	6 127 455
Inferiores a 12 meses	470 248	715 036
Inferiores a 18 meses	300 425	264 869
Inferiores a 24 meses	130 159	149 412
Superiores a 24 meses	778 256	890 850
	<u>6 760 107</u>	<u>8 147 623</u>

As perdas por imparidade dos clientes e outras contas a receber são registadas quando existir evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

O montante líquido de 426.925 euros resultante das perdas e das reversões apuradas no ano são registadas em Imparidades de dívidas a receber na demonstração dos resultados (em 2016 – 286.339 euros).

13. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica Estado e outros entes públicos no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	2017		2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento				
Pagamento especial por conta	44 183	-	69 588	-
IRC a pagar	-	15 594	-	13 536
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares	-	-	-	-
Trabalho dependente	-	156 997	-	174 088
Rendimentos profissionais	-	2 355	-	1 399
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA - a recuperar	12 406	-	7 261	-
IVA - reembolsos pedidos	100 000	-	180 000	-
IMI	-	64 480	-	107 186
Contribuições sociais	-	479 167	-	567 744
Outros	-	1 342	-	2 340
	<u>156 589</u>	<u>719 935</u>	<u>256 849</u>	<u>866 291</u>

Em conformidade com a legislação em vigor, a taxa a aplicar para determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) para as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores, é reduzida em 20% (DLR 2/99 A), correspondendo a uma taxa nominal de 16,80%, e, como estabelecido na Lei das Finanças Locais, está também sujeita à derrama fixada pelos municípios onde a PORTO DOS AÇORES exerce a sua atividade até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

A taxa de IRC utilizada no cálculo do imposto diferido de 18,30% tem por base a taxa nominal de IRC aprovada para o exercício seguinte, sendo reduzido em 20% e acrescida de 1,5% taxa da derrama municipal (em 2016-18,30%).

O detalhe da rubrica do IRC a recuperar em 31 de dezembro de 2017 e 2016 apresenta se como se segue:

	2017	2016
Retenções efetuadas por terceiros	1.081	1.061
Estimativa de IRC do ano	<u>(16.675)</u>	<u>(14.596)</u>
Imposto sobre o rendimento - IRC a pagar	<u>(15.594)</u>	<u>(13.536)</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Pagamentos especiais por conta apresenta a seguinte composição:

Ano de geração	2017	2016	Período da dedução
2011	-	-	2016
2012	-	-	2017
2013	-	25.405	2018
2014	29.868	29.868	2021
2015	<u>14.315</u>	<u>14.315</u>	2022
	<u>44.183</u>	<u>69.588</u>	

A dedução destes pagamentos por conta está dependente da existência de lucros fiscais nos anos subsequentes, pelo que se ultrapassar o período de dedução sem existência de lucros fiscais são reconhecidos como gastos.

O montante de euros registado em resultados do exercício na rubrica de Imposto sobre o rendimento compreende:

	2017	2016
Imposto corrente	(16 675)	(14 596)
Imposto diferido	<u>(8 296)</u>	<u>(4 988)</u>
	<u>(24 971)</u>	<u>(19 584)</u>

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis varia de acordo com o ano da sua ocorrência. E, adicionalmente, a dedução desses prejuízos fiscais encontra-se limitada a 70% do lucro tributável. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a PORTOS DOS AÇORES apresenta os seguintes prejuízos fiscais reportáveis:



Ano de geração	2017	2016	Ano de reporte
2012		3 940 737	2017
2013	3 196 960	3 196 960	2018
2014	5 388 079	5 388 079	2026
2015	4 933 461	4 933 461	2027
2016	3 327 183	3 327 183	2028
2017 (a)	3 334 405		2022
	<u>20 180 089</u>	<u>20 786 420</u>	

(a) estimativa

A Administração entendeu pelo não registo de ativos de impostos diferidos, a este respeito, por não existir a segurança absoluta na recuperação desses prejuízos fiscais durante o período de reporte.

Segundo a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos ou 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. As autoridades fiscais poderão também efetuar correções sempre que as relações especiais tenham sido estabelecidas em condições diferentes das que seriam normalmente acordadas com entidades independentes.

A PORTOS DOS AÇORES entende que as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo devido das contribuições sociais, no valor de 479.167 euros, compreende as prestações vencidas no mês de dezembro de 2017, às entidades Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE, no montante de 107.287 euros, 170.859 euros e 10.243, respetivamente, e um acordo de dívida com a segurança social no valor de 190.778 euros que serão liquidados em prestações mensais montante de 7.338 euros nos seguintes anos:

	2017	2016
2017	88 051	86 707
2018	88 051	88 051
2019	14 675	88 051
2020	-	15 960
	<u>190 778</u>	<u>278 770</u>

O saldo a pagar do IMI, no valor de 64.480 euros compreende o imposto liquidado pela Autoridade Tributária em 2014 referente aos anos de 2010 a 2014. Como explicado na Nota 12, o IMI liquidado teve como base de incidência imóveis situados no domínio público portuário sendo considerado como uma exigibilidade pela Autoridade Tributária. Não obstante, a Administração entendeu que os referidos imóveis situados no domínio



público portuário deveriam estar isentos de IMI pelo que reclamou administrativamente a decisão, tendo em fevereiro de 2016, impugnado judicialmente, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, o indeferimento da reclamação graciosa. Nesta fase de contencioso, acordou um plano prestacional com a Autoridade Tributária, em 2015, no montante de 202.049 euros, que corresponde às liquidações de IMI de 2010 a 2012 a ser liquidado em 36 prestações mensais. No período de 2016, a Portos dos Açores, aderiu ao Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES), em relação à dívida do IMI, tendo beneficiado de redução dos juros de mora e aderiu a um novo do plano de pagamento, a ser liquidado em 36 prestações mensais, o que permitiu reduzir a prestação mensal de 5.612 para 3.559 euros. O montante em dívida deste plano prestacional em 31 de dezembro de 2017 é de 64.480 euros.

	2017	2016
2017	-	42 706
2018	42 706	42 706
2019	21 774	21 774
	<u>64 480</u>	<u>107 186</u>

Como mencionado na Nota 12, o imposto exigido pela Autoridade Tributária e não aceite pela PORTOS DOS AÇORES totaliza 632.574 euros.

Na sequência dos acordos de pagamento acima referidos, a rubrica de Estado e outros entes públicos está assim classificada no balanço:

	2017		2016	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Segurança Social	88 051	102 727	190 101	192 062
IMI	42 706	21 774	42 706	64 480
Outros	464 677	-	376 942	-
	<u>595 434</u>	<u>124 500</u>	<u>609 749</u>	<u>256 542</u>

14. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 os saldos da rubrica Diferimentos do ativo e passivo foram como segue:



	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Seguros	45 150	57 415
Combustíveis	130 055	102 997
Fardamento/EPI	3 685	3 335
Lubrificantes e outros	46 493	29 805
Máquinas e equipamentos	430 673	416 625
Material de consumo	57 428	54 054
Outros	-	189
	<u>713 485</u>	<u>664 420</u>
Rendimentos a reconhecer		
Outros rendimentos a reconhecer	45 945	56 539
	<u>45 945</u>	<u>56 539</u>

Os gastos diferidos dizem essencialmente respeito as aquisições realizadas para serem utilizadas na manutenção, conservação e reparação futura dos equipamentos portuários e os seguros liquidados com período de vigência contratual em 2019.

Estão registados na rubrica "Outros rendimentos a reconhecer" as rendas das Portas do Mar e outros rendimentos relativos à atividade portuária do ano de 2017.

15. Capital subscrito

O capital subscrito da PORTOS DOS AÇORES é de 40.238.700 euros, representado por 402.387 ações nominativas com valor nominal de 100 euros, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário e em espécie.

As ações representativas do capital subscrito e realizado são detidas, na totalidade, pela Região Autónoma dos Açores.

16. Reservas e resultados acumulados

De acordo com os estatutos e legislação vigente, a PORTOS DOS AÇORES é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 10% do lucro anual até que a mesma atinja 20% do capital social. Esta reserva não pode ser distribuída ao acionista, podendo contudo, ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para aumento do capital social.

As variações ocorridas na rubricas a seguir indicadas nos exercícios de 2017 e 2016 decorreram de:

Resultados transitados



	2017	2016
Saldo em 1 de janeiro	(19 701 202)	(13 989 326)
Aplicação dos resultados do período anterior	(3 399 716)	(4 516 018)
Resultados não atribuídos das participadas	(802 306)	(1 195 858)
Saldo em 31 de dezembro	<u>(23 903 224)</u>	<u>(19 701 202)</u>

Foi deliberado em Assembleia Geral, realizada em 19 de abril de 2017, manter em resultados transitados o prejuízo apurado no exercício de 2016, no montante de 3.399.716 euros.

Ajustamentos de investimentos financeiros

	2017	2016
Saldo em 1 de janeiro	10 437 991	9 681 909
Variações nos capitais próprios (Nota 9)		
ATLANTICOLINE	(532 267)	(415 250)
OPERTERCEIRA	71 017	-
AGESPI	(24 526)	(24 526)
Resultados não atribuídos	802 306	1 195 858
Saldo em 31 de dezembro	<u>10 754 522</u>	<u>10 437 991</u>

O saldo da rubrica de Ajustamentos em ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e 2016 compreende as variações ocorridas nos capitais próprios das empresas subsidiárias maioritariamente causados pelo subsídio ao investimento.

Esta rubrica contempla ainda os resultados atribuídos do ano anterior não distribuídos pelas participadas que tinham sido reconhecidos na rubrica dos resultados transitados no ano da atribuição.

Outras variações em capitais próprios

	Subsídio	Ajustamento subsídio - Impostos	Valor líquido
Saldo em 1 de janeiro de 2016	208 770 229	(38 204 952)	
Subsídios atribuídos (Nota 12)	22 312 833	(4 083 249)	
Desreconhecimento de subsídios	(2 031)	372	
Transferência para resultados (Nota 24)	(5 206 663)	952 819	<u>184 539 359</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>225 874 369</u>	<u>(41 335 009)</u>	
Subsídios atribuídos e anulados (Nota 12)	52 997 166	(9 698 481)	
Desreconhecimento de subsídios	(760 198)	139 116	
Transferência para resultados (Nota 24)	(5 224 659)	956 113	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>272 886 678</u>	<u>(49 938 262)</u>	<u>222 948 416</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica Outras variações do capital próprio compreende exclusivamente os subsídios para o investimento em ativos fixos tangíveis líquido do imposto a pagar no futuro

que é registado no passivo não corrente. Os subsídios são registados inicialmente nesta rubrica e anualmente transferidos para resultados na mesma proporção das depreciações dos ativos financiados. O saldo da rubrica de Outras dívidas a pagar assim gerado será subsequentemente anulado, à medida que esses subsídios sejam imputados a resultados (Nota 19).

17. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	Em 31 de dezembro de 2017				
	Saldo inicial	Aumentos	Anulação	Paga-mentos	Saldo final
Outras provisões	363 235	-	(17 682)	(27 649)	317 904

	Em 31 de dezembro de 2016				
	Saldo inicial	Aumentos	Anulação	Paga-mentos	Saldo final
Outras provisões	376 621	15 153	-	(28 538)	363 235

Na base da legislação em vigor, a PORTOS DOS AÇORES têm a responsabilidade de pagar aos trabalhadores oriundos das extintas juntas, que se encontram inscritos na Caixa Geral de Aposentações, as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Esta responsabilidade foi transferida para uma Companhia de Seguros que, a partir de 1 de janeiro de 2005, assume integralmente todos estes encargos.

A provisão constituída para esse efeito em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não tem qualquer suporte de um estudo atuarial.

18. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os financiamentos obtidos estavam classificados no passivo de acordo com a sua exigibilidade que era assim subdividida:



	2017		2016	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários	7 032 583	49 019 937	6 687 563	47 217 083
Contratos de locação financeira	22 450	54 942	13 495	33 801
Incentivos financeiros	1 875 000	4 672 338	1 405 000	6 497 338
Descontos de títulos	17 426	-	-	-
Descobertos bancários	814	-	-	-
	<u>8 948 272</u>	<u>53 747 216</u>	<u>8 129 292</u>	<u>53 748 221</u>
Custos de transação	(41 405)	(249 400)	(33 578)	(216 380)
	<u>8 906 867</u>	<u>53 497 817</u>	<u>8 095 714</u>	<u>53 531 841</u>

Em 31 de dezembro de 2017 existia um descoberto bancário no montante de 814 euros representado na rubrica de financiamentos obtidos.

A PORTOS DOS AÇORES inclui os custos de transação na mensuração inicial dos financiamentos obtidos, reconhecendo como gasto ao longo do período do contrato de financiamento.

Na rubrica de Incentivos Financeiros são registados os subsídios reembolsáveis atribuídos por entidades públicas relacionados com investimentos em ativos fixos tangíveis.

As condições contratuais dos financiamentos bancários obtidos a médio e longo prazo estão maioritariamente garantidas por avals (30.054.881 euros) e cartas conforto (12.536.885 euros) da Região Autónoma dos Açores em 31 de dezembro de 2017.

O passivo de financiamento dos Portos dos Açores, em 2017, originou encargos no valor de 2.083.853 (2.393.750 em 2016), traduzindo numa taxa média de financiamento de 3.3% (3.9% em 2016).

A dívida dos financiamentos obtidos classificados no passivo corrente e não corrente será reembolsada da seguinte forma (por anos):

	Empréstimos bancários	Incentivos financeiros	Locação financeira	Desconto de títulos	Total
2018	7 032 583	1 875 000	22 450	17 426	8 947 458
2019	7 523 858	1 347 083	23 102	-	8 894 043
2020	3 090 969	1 347 083	14 162	-	4 452 214
2021	3 117 211	50 000	9 006	-	3 176 217
2022	6 396 917	200 000	8 671	-	6 605 588
2023 e seguintes	28 890 982	1 728 172	-	-	30 619 154
	<u>56 052 520</u>	<u>6 547 338</u>	<u>77 392</u>	<u>17 426</u>	<u>62 694 675</u>


19. Fornecedores e outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

	2017		2016	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Fornecedores				
Partes relacionadas (Nota 6)	46 481	-	68 000	-
Fornecedores	2 943 484	-	2 106 918	-
	<u>2 989 965</u>	<u>-</u>	<u>2 174 919</u>	<u>-</u>
Outras dívidas a pagar				
Pessoal	6 148	-	6 506	-
Fornecedores de investimento	10 119 747	-	6 104 913	-
Remunerações a liquidar	1 203 048	-	1 158 133	-
Juros a liquidar	93 902	-	65 508	-
Subsídios a devolver (Nota 12)	-	30 243	-	30 243
Ajustamentos em subsídios	-	49 938 262	-	41 335 009
Acrescimos de gastos	33 566	-	147 317	-
Extração da areia	1 140 818	-	975 958	-
Cauções recebidas	324 183	-	156 081	-
Outros	9 073	-	3 709	-
	<u>12 930 486</u>	<u>49 968 505</u>	<u>8 618 125</u>	<u>41 365 252</u>

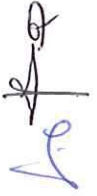
O saldo na rubrica extração de areia no valor de 1.140.818 euros refere-se à cobrança de taxas de descargas de areias efetuadas por embarcações, que a PORTOS DOS AÇORES terá de entregar à Região Autónoma dos Açores de acordo com o Decreto Legislativo Regional nº31/2012/A de 6 de julho e despacho nº 332/2013 de 20 de fevereiro.

O saldo classificado em não corrente é referente ao imposto associado aos subsídios ao investimento (Nota 16).

20. Serviços prestados

Compreende a venda de combustíveis, bem como os seguintes serviços prestados pelas administrações portuárias na respetiva área de jurisdição, designadamente os serviços de uso público relacionados com a atividade portuária dos portos:

	2017	2016
Vendas		
Combustível	663.046	491.660
Serviços prestados		
Operações de navios e embarcações	4.970.147	5.069.404
Operações de carga	3.634.398	3.569.637
Utilização de equipamentos	5.687.769	6.172.520
Fornecimentos de pessoal e cedência de água e eletricidade	1.532.077	1.713.202
Alugueres, ocupações e concessões	1.450.200	1.480.208
Exploração náutica de recreio	976.156	943.919
Outros serviços prestados	638.995	642.865
	<u>18.889.743</u>	<u>19.591.755</u>
Vendas e serviços prestados	<u>19.552.788</u>	<u>20.083.415</u>



21. Subsídios à exploração

Nos períodos de 2017 e de 2016, a PORTOS DOS AÇORES reconheceu os seguintes montantes na rubrica Subsídios à exploração:

	2017	2016
PIIE	413	34 331
Projeto GAIN4MOS	16 436	16 660
Interreg Nautico	2 423	-
Interreg Ecomarport	17 587	-
	<u>36 859</u>	<u>50 991</u>

Nesta rubrica são reconhecidos os subsídios que servem para compensar a entidade por gastos incorridos no âmbito dos projetos PIIE e GAIN4MOS e Interreg.

22. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foi a seguinte:

	2017	2016
Subcontratos - Gestão Portas do Mar	612 824	612 824
Subcontratos - outros	1 016 025	936 097
Trabalhos especializados	573 566	393 412
Vigilância e segurança	1 065 839	1 046 849
Conservação e reparação	1 219 843	1 216 771
Serviços especializados - outros	125 365	91 256
Materiais	106 581	100 405
Eletricidade	620 171	666 097
Combustíveis	592 901	478 107
Energia e fluídos - outros	287 989	329 008
Deslocações, estadas e transportes	146 618	122 443
Serviços diversos	749 428	814 854
	<u>7 117 149</u>	<u>6 808 122</u>

23. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal nos anos de 2017 e 2016 detalham-se conforme se segue:



	2017	2016
Remunerações dos órgãos sociais	199 048	194 317
Remunerações do pessoal	9 779 667	9 240 142
Benefícios pós-emprego	-	38 836
Encargos sobre remunerações	2 215 943	2 113 269
Seguros de acidentes trabalho e doenças profissionais	63 698	114 913
Gastos de ação social	8 187	9 828
Outros gastos com o pessoal	110 215	95 016
Indemnizações	19 773	-
Outros	90 442	95 016
	<u>12 376 757</u>	<u>11 806 320</u>

O número médio de pessoal em 31 de dezembro de 2017 é de 279 trabalhadores (em 2016 – 268 trabalhadores).

A rubrica Benefícios pós-emprego corresponde à reposição em parte do corte salarial imposto pelo Orçamento de Estado de 2014 aos empregados, por intermédio de um seguro contratado.

24. Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foram como segue:

	2017	2016
Outros rendimentos		
Rendimentos suplementares	24 729	3 662
Descontos de pronto pagamento obtidos	70	10
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	6 684	31 005
Subsídios ao investimento (Nota 16)	5 224 659	5 206 663
Correções relativas a períodos anteriores	34 602	1 095
Excesso de estimativa para imposto	1 811	2 960
Juros de mora	57	-
	<u>5 292 613</u>	<u>5 245 394</u>

Como indicado na Nota 16, os subsídios ao investimento em ativos fixos tangíveis são anualmente transferidos para resultados na mesma proporção das depreciações dos ativos assim financiados.

25. Outros gastos

Na rubrica de Outros gastos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, apresentava o seguinte detalhe:



	2017	2016
Outros gastos		
IMI	493	912
Impostos indiretos	3 876	5 100
Taxas	6 712	17 268
Quotizações	9 075	28 693
Donativos	103 704	128 407
Multas e penalidades	6 305	65 975
Juros de mora	116 212	123 502
Correções relativas a exercício anteriores	798	36 514
Outros	36 571	59 187
	<u>283 746</u>	<u>465 557</u>

A Administração entende que os imóveis que estão implantados no domínio público da Região Autónoma dos Açores não reúnem os pressupostos de incidência real deste imposto, tendo impugnado/reclamado a decisão da Autoridade Tributária e não regista como gasto o IMI dos imóveis instalados no domínio público da Região Autónoma dos Açores (Nota 12 e 24).

26. Juros e gastos similares

Os resultados financeiros, nos períodos de 2017 e de 2016, tinham a seguinte composição:

	2017	2016
Gastos e perdas de financiamento		
Juros suportados	1 651 424	1 809 787
Juros de mora e compensatórios	1 045	163
Outros juros	56	220
Outros		
Comissões bancárias	303 670	442 057
Imposto de selo	126 691	120 598
Outros despesas	968	20 926
	<u>2 083 853</u>	<u>2 393 750</u>

27. Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2017, os compromissos contratuais encargos assumidos com equipamento encomendado e empreitadas adjudicadas eram de 32.856.891 euros (2016 – 33.364.459 euros).

28. Garantias prestadas

As garantias bancárias prestadas em 31 de dezembro de 2017 atingiam um valor de 6.079.119 euros, correspondendo aos contratos de concessão de incentivos. (em 2016 – 6.387.184 euros).

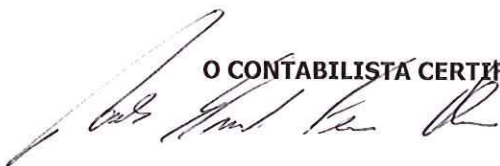
29. Ativos e passivos contingentes

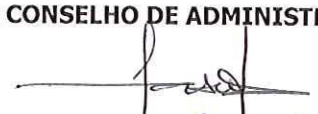
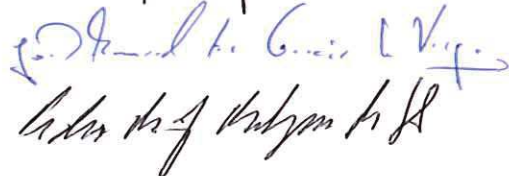
A Autoridade Tributária tem apresentado diversas liquidações para pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) estando apenas registadas nas demonstrações financeiras montantes já pagos ou em acordo de pagamento (Nota 12 e 13), não obstante, se perspetivar a não liquidação deste imposto nos imóveis instalados no domínio público da Região Autónoma dos Açores, através da via judicial, e de outras vias legais. Nesta conformidade, a Administração entendeu não reconhecer quaisquer gastos nas demonstrações financeiras relativamente às liquidações que anualmente são exigidas pela Autoridade Tributária.

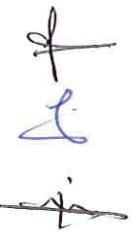
30. Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas foram da seguinte forma:

	2017	2016
Serviços de auditoria	11 450	11 450
Outros serviços	1 500	-
	<u>12 950</u>	<u>11 450</u>

O CONTABILISTA CERTIFICADO


O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





CAPÍTULO IV – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL (CONTAS INDIVIDUAIS)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhor Acionista:

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da PORTOS DOS AÇORES, S.A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da PORTOS DOS AÇORES, S.A., a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos departamentos e serviços da PORTOS DOS AÇORES, S.A. as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2017, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2017 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída.

Apreciámos igualmente o conteúdo da Certificação Legal das Contas, elaborada pelo Revisor Oficial de Contas.

Face ao exposto, somos da opinião de que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral do Acionista.



